

Relatório e Contas

31 dezembro 2023



Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Santander Sustentável

Índice

1. Relatório de Gestão	3
1.1. Enquadramento macroeconómico	3
1.2. Política de investimento	10
1.3. Divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (sfdr)	10
1.4. Evolução das unidades de participação	10
1.5. Performance	10
1.6. Custos e proveitos	11
1.7. Demonstração do património	12
1.8. Evolução dos ativos sob gestão	12
1.9. Valorimetria	12
1.9.1. Valores mobiliários	12
1.9.2. Instrumentos do mercado monetário	14
1.9.3. Instrumentos derivados	14
1.9.4. Câmbios	15
1.10. Remunerações atribuídas	15
1.11. Política de voto	15
1.12. Erros de valorização	16
1.13. Factos relevantes	16
1.14. Eventos subsequentes	17
2. Divulgações Relativas ao Regulamento de Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor de Serviços Financeiros (Não Auditado)	18
3. Relatório de Auditoria	30
4. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Sustentável referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023	34
5. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Sustentável referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023	37
6. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Sustentável referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023	39
7. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023	41

1. Relatório de Gestão

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

Após um ano de 2022 de má memória para os mercados, o primeiro trimestre deste ano registou subidas amplas comparativamente com ganhos em ações, crédito, obrigações soberanas, ativos de mercados emergentes e cripto moedas. As matérias-primas foram a única exceção significativa a este padrão, com os preços do petróleo a caírem em todos os meses do primeiro trimestre. A análise macroeconómica de alto nível para o trimestre começou com uma nota algo otimista graças às muitas notícias positivas em janeiro.

Por exemplo, o preço do gás natural na Europa diminuiu -24,8% de janeiro a fevereiro, o que dissipou as preocupações sobre uma possível recessão. O aumento da confiança dos consumidores, que atingiu o seu ponto mais alto dos últimos meses, refletiu-se numa série de indicadores de sentimento. Entretanto, a economia da China continuou a abrir e as restrições foram flexibilizadas, aumentando as expectativas de que mais economias a nível global iriam registar crescimento. Devido à melhoria das perspetivas macroeconómicas, muitos ativos tiveram um início de ano muito forte. Por exemplo, o S&P 500 (+6,3%) e o STOXX 600 (+6,8%) na Europa tiveram o melhor início de ano desde 2015. Mas, à medida que fevereiro avançava, o ambiente nos mercados tornou-se decididamente mais sombrio.

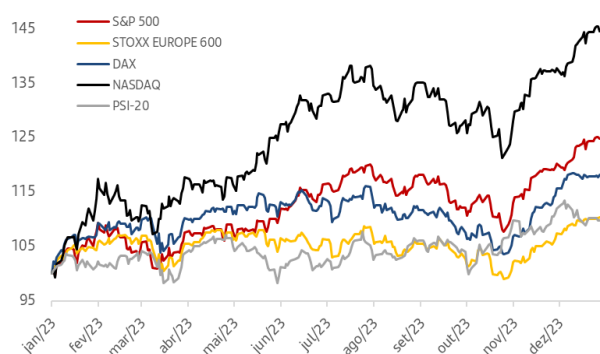
A principal causa foi a divulgação de dados económicos positivos publicados nos EUA e uma inflação mais elevada do que o previsto, que convenceram os investidores de que estavam iminentes mais aumentos de taxas de juro. De facto, o desemprego atingiu um mínimo de 53 anos de 3,4%, o que suscitou um debate sobre a possibilidade de um cenário de "no landing" da economia dos EUA, que significava inflação elevada e crescimento robusto, forçando a Reserva Federal a ainda mais aumentos de taxas. Não obstante, os Estados Unidos não foram o único país a registar esta tendência. A inflação subjacente na Zona Euro atingiu um máximo histórico de +5,3% em janeiro, de acordo com os dados divulgados em fevereiro o que desencadeou uma liquidação significativa de obrigações internacionais, com o *Global Aggregate Bond Index* da Bloomberg a registar o seu pior desempenho em fevereiro desde a sua criação em 1990 (-3,3%).

Em março, os investidores aumentaram as suas expectativas para as taxas terminais do banco central devido à persistência da inflação. No seu testemunho semestral no Congresso, o Presidente da FED confirmou esse facto, afirmando que a FED estaria preparada para aumentar o ritmo de subida das taxas e deixando explicitamente a porta aberta a futuras alterações de 50 pontos base. Pouco depois, a 8 de março, as taxas de rendibilidade a 2 anos atingiam um máximo não observado desde 2007 e as expectativas para a taxa terminal da FED atingiam um novo máximo do ciclo de 5,69%. A curva de 2s10s fechou nesse dia com uma inversão de -109bps, o que não acontecia desde 1981. Mas, tudo isto mudou abruptamente quando o Silicon Valley Bank entrou em colapso, suscitando preocupações sobre o sistema financeiro e receios de um maior contágio. Na sequência de um intenso escrutínio por parte dos investidores e de saídas significativas de depósitos, o Credit Suisse acabou por ser comprado pelo UBS com garantias do governo suíço. Devido à significativa turbulência no mercado que resultou desta situação, os investidores questionaram-se se os bancos centrais iriam terminar o atual ciclo de aumento das taxas. Em meados de março, as taxas de rendibilidade das obrigações do Tesouro a 2 anos registaram a maior descida diária desde 1982 e apesar da recuperação geral do mercado acionista, as ações dos bancos sofreram um impacto negativo, com o índice de bancos KBW a cair -17,9%. No final do mês, os mercados davam indicação que estariam a estabilizar-se. Desde o pico da agitação, as medidas de volatilidade, como o índice MOVE e o índice VIX, diminuíram significativamente, impulsionados pelas melhoras nas condições financeiras. Além disso, como os investidores estavam muito menos preocupados com aumentos abruptos das taxas, as obrigações soberanas tiveram um desempenho excecional. De facto, desde março de 2020, quando os investidores se refugiaram em paraísos seguros e a FED reduziu as taxas e reiniciou a compra de obrigações, os títulos do Tesouro dos EUA tiveram o seu melhor desempenho mensal em três anos.

Os mercados financeiros tiveram um segundo trimestre mais inconsistente. Alguns investimentos tiveram um desempenho

Mercados acionistas em 2023

Fonte: Refinitiv 04/01/2023



excepcional, com as ações tecnológicas a superarem significativamente outros investimentos devido ao interesse na Inteligência Artificial (IA). Isto incluiu outros ativos de risco, o que contribuiu para a diminuição da volatilidade devido à falta de evidências de que os problemas de março tivessem repercussões financeiras mais vastas. Contudo, a inflação persistente e a continuação da política restritiva dos bancos centrais causariam a subida de *yields* nas obrigações soberanas. Em geral, as matérias-primas também tiveram dificuldades, com os preços do petróleo bruto Brent a caírem pelo quarto trimestre consecutivo. Os investidores mostraram-se receosos quanto ao início do segundo trimestre, após a significativa turbulência do mercado em meados

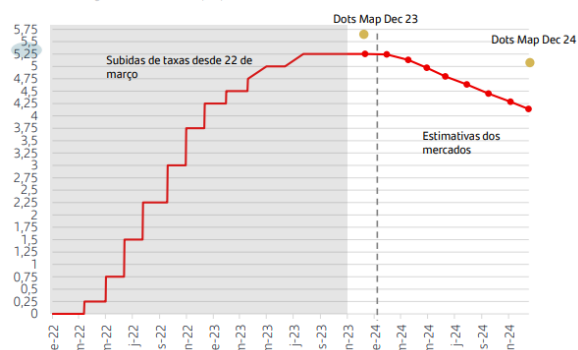
de março pela possibilidade de mais falências bancárias. Antes de ser encerrado em 1 de maio, o First Republic Bank, em particular, esteve sob pressão crescente, tornando-se o terceiro banco a falir este ano, depois do SVB e do Signature.

A maioria dos seus ativos foi adquirida pelo JPMorgan e, a 4 de maio, o índice KBW Banks fechou no seu ponto mais baixo em mais de dois anos. Mas o que foi notável no segundo trimestre foi o facto de a turbulência financeira parecer isolada, pelo menos por enquanto. De facto, em junho, o índice VIX de volatilidade das ações tinha recuado para o seu nível mais baixo desde o surto de Covid-19 e tinha terminado o terceiro trimestre em apenas 13,59 pontos, marcando um declínio significativo.

Os bancos centrais continuaram a concentrar-se na manutenção de níveis elevados de inflação, uma vez que a turbulência financeira parecia estar mais sob controlo. Enquanto a inflação global caiu no segundo trimestre, a inflação subjacente manteve-se muito mais resistente. Por exemplo, os dados mais recentes relativos a maio revelaram que a inflação subjacente do índice de preços no consumidor (IPC) nos EUA se situou em 4,6%, ou seja, ligeiramente abaixo do nível de 4,7% registado três meses antes. À semelhança dos EUA, a inflação subjacente na Zona Euro manteve-se em 5,4% em junho, apenas ligeiramente abaixo do pico de 5,7% registado em março.

EUA: Futuros das taxas dos Fed Funds (limite inferior)

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 08/12/2023



O aumento da inflação exigiu que os bancos centrais continuassem a aumentar as suas taxas diretoras. A FED aumentou as taxas em 25 pontos base adicionais em maio e, apesar de ter feito uma pausa em junho pela primeira vez em mais de um ano, o seu gráfico de pontos previa mais dois aumentos das taxas para o saldo de 2023.

O BCE aumentou a sua taxa de depósito em 25 pontos base em maio e junho, elevando-a para 3,5%. Dados sólidos, com a economia dos EUA, em particular, a continuar a mostrar sinais de resiliência, forneceram um apoio adicional a este facto. De facto, as folhas de pagamento não agrícolas continuaram a crescer rapidamente em abril (+294 mil) e maio (+339 mil), e o número de novos pedidos de subsídio de

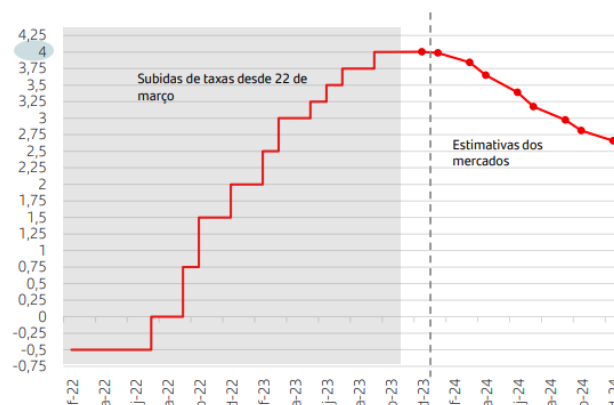
desemprego tem vindo a diminuir desde o seu pico no início de abril.

Em resultado da persistência da inflação e dos bancos centrais "hawkish", as obrigações soberanas registaram dificuldades no segundo trimestre. As obrigações do Tesouro dos EUA registaram uma descida de 1,4%, pondo fim a dois trimestres consecutivos de ganhos, enquanto as obrigações alemãs registaram uma descida mais moderada de -0,4%. No entanto, os títulos com pior desempenho foram os *gilts* (-6,0%), que registaram a maior queda desde a turbulência do mini-orçamento em outubro passado. No Reino Unido, onde a taxa de inflação do IPC é a mais elevada do G7, registaram-se várias surpresas positivas em termos de inflação e o Banco de Inglaterra aumentou inesperadamente as taxas de juro em 50 pontos base em junho. Em comparação com outros bancos centrais, os mercados estão a prever um ciclo de aperto mais agressivo para o Banco de Inglaterra, com os *swaps* de índice *overnight* a preverem uma taxa terminal superior a 6%.

Apesar das preocupações com a inflação e a descida do preço das obrigações soberanas, os ativos de risco tiveram, de um modo geral, um bom desempenho no 2.º trimestre. Por exemplo, o S&P 500 aumentou +8,7% em termos de retorno total, o que se seguiu a um ganho de +7,5% no primeiro trimestre e é o maior ganho trimestral desde o quarto trimestre de 2021. O Nikkei no Japão, registou o seu segundo melhor desempenho trimestral numa década, já o STOXX 600 (+2,7%) na Europa foi menos rápido, mas ainda conseguiu registar o seu terceiro ganho trimestral consecutivo superior a 6%.

Taxa de depósito baseada em Forwards €STRN

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 08/12/2023



	2023	2024e
PIB EUA	2,40%	1,40%
Inflação EUA	4,20%	2,90%
PIB Zona Euro	0,50%	1,20%
Inflação Zona Euro	5,60%	3,30%
PIB Portugal	2,10%	1,50%
PIB Espanha	2,20%	1,70%
PIB China	4,90%	4,00%

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.

Com o NASDAQ a subir +13,1% e o índice FANG+ das mega capitalizações tecnológicas a subir +25,2%, as ações tecnológicas voltaram a liderar o desempenho do sector. O que foi possível devido ao intenso entusiasmo em torno do potencial da IA para aumentar a produtividade e acelerar o crescimento económico. A Nvidia (+52,3%) teve um dos desempenhos excepcionais no segundo trimestre devido à procura de processadores de IA, o preço das suas ações aumentou no final de maio, depois de terem anunciado ganhos com uma perspetiva muito superior às expectativas, aumentando em +189.5% até à data.

No entanto, é importante notar que o S&P 500 igualmente ponderado não teve um desempenho tão bom quanto sua contraparte padrão, devendo-se ao facto de as ações tecnológicas terem tido um desempenho positivo tão significativo nos últimos meses.

A resolução do problema do teto da dívida dos EUA, que causou brevemente uma volatilidade significativa no mercado, foi outro fator de apoio aos mercados. De facto, durante um breve período de tempo, as *yields* das obrigações do Tesouro com vencimento após o prazo para a negociação do teto da dívida norte americano subiram, ilustrando como os investidores estavam a exigir uma compensação adicional para manter as obrigações em risco de incumprimento. Mas, a 27 de maio, chegou-se a um compromisso e, em 3 de junho, o Presidente Biden assinou-o como lei.

O segundo semestre começou negativo para os mercados. O *selloff* de obrigações no início de agosto, conduzindo as *yields* ao seu nível mais elevado dos últimos anos, foi o principal acontecimento, tendo a *yield* da dívida norte-americana a 10 anos atingido 4,36%. Esta subida foi alimentada pelas *yields* reais estando a afetar significativamente a economia real com os juros pagos pela habitação.

O *selloff* não teve causa específica, mas foi influenciado pela diminuição de rating dos EUA de AAA para AA+ pela Fitch. A preocupação crescente com o défice orçamental dos EUA solidificou a ideia de que as taxas se iriam manter mais altas por mais tempo.

Em Jackson Hole, Jerome Powell teve um tom muito menos agressivo do que no ano anterior, dissipando as preocupações sobre aumentos radicais de taxa. O inquérito JOLTS revelou que o mercado de trabalho continuou a arrefecer, com a taxa de demissões a regressar à sua taxa pré-pandémica de 2,3% e o número de vagas a cair para o seu nível mais baixo desde março 2021.

Fora dos EUA, as perspetivas económicas continuaram aquém do esperado, com o PMI composto da Zona Euro a recuar para 47,0, pior do que o previsto e no nível mais baixo desde final de 2020. Contudo, a leitura flash da inflação para a Zona Euro ainda está nos +5.3%, influenciada pelo aumento do preço do gás natural na Europa (+ 23,5% no mês), devido a uma possível greve nas instalações de GNL na Austrália.

A economia chinesa continuou a causar preocupação, provocando quedas no Shanghai Composite de -6,3%. Em parte, motivado por dificuldades no sector imobiliário, também o aumento homólogo das vendas a retalho e da produção industrial diminuiu para +3,7% e +2,5%, respetivamente. Como resposta, o Banco Popular da China reduziu a taxa da sua facilidade de crédito a médio prazo.

As obrigações e as ações recuperaram no fecho de agosto à medida que se generalizou o otimismo renovado sobre o soft landing. A inflação core também ajudou à recuperação com junho e julho a mostrarem a menor subida desde fevereiro de 2021. O S&P 500 (-1,6%) e o NASDAQ (-2,1%) estagnaram após 5 meses de subidas, continuando com +18,7% e +34,9%, desde início do ano. O Hang Seng (-8,2%) teve um dos seus piores meses (-4,4%) enquanto na Europa o DJ Stoxx 600 anulou os ganhos do mês anterior com -2,5% e o Eurostoxx 50 lateralizou (-0,42%).

No terceiro trimestre, apenas 11 de 38 classes de ativos financeiros estavam em território positivo, e em setembro apenas 7 tiveram comportamentos positivos, o que fez deste o pior mês de 2023. As quedas tiveram várias causas, mas a mais importante foi a sensação crescente de que os bancos centrais iriam provavelmente manter as taxas de juro mais elevadas durante mais tempo, a par de um aumento de \$20/barril do petróleo durante o trimestre. As perdas também contribuíram para a reputação de setembro como o pior mês para os mercados financeiros nos últimos anos. De facto, foi o quarto ano consecutivo em que o S&P 500 e o STOXX 600 registaram quedas em setembro, bem como o 7º ano consecutivo em que o agregado global de obrigações da Bloomberg registou uma queda no mês.

No que diz respeito aos ativos financeiros, a maior história do terceiro trimestre foi a correção das obrigações de longo prazo. A *yield* a 10 anos do Tesouro norte-americano terminou o trimestre com uma subida de +0,735% para 4,57%, valores que não se verificavam desde 2007, enquanto a *yield* do bund alemão a 10 anos subiu +0,448% para 2,84%, o que não se registava desde 2011.

Entretanto, também se verificou uma atenção crescente aos persistentes défices orçamentais norte-americanos e que impacto teriam nas taxas, sobretudo depois de a Fitch Ratings ter baixado a notação de crédito dos EUA em agosto, de AAA para AA+.

Este enquadramento levou a um fraco desempenho das ações, com o S&P 500 e o Eurostoxx 50 a cair -4,8% e -2.71% respetivamente. Este foi o pior mês do ano até à data para o índice norte americano e deixando-o com uma queda de -3,3%. No entanto, manteve-se positivo desde início do ano, com um ganho de +13,1%. Não obstante, estes movimentos não alteraram as expectativas de mercado para a política monetária da Reserva Federal e BCE.

O mês de outubro foi de novo fraco para os mercados e dominado, principalmente, pelo ataque do Hamas a Israel e consequente retaliação. A preocupação dos investidores centrou-se na possibilidade de alargamento do conflito a outros países do Médio Oriente e consequentes impactos em vários ativos importantes. Houve um impacto imediato no preço do crude e do ouro (+7,5% e +7,3% respetivamente) tendo corrigido no final do mês.

O outro grande foco do mês recaiu na resiliência da economia norte-americana, que não só adicionou mais 336 mil empregos como continua com pressões inflacionistas no preço médio do consumidor core, que adicionou mais 0,32%, um máximo nos últimos 5 meses. Dado isto, os futuros começaram a descontar uma probabilidade de 41,5% de subida de juros para a reunião da FED de janeiro 2024.

O impacto desta resiliência deu-se, sobretudo, nas *yields* das obrigações soberanas norte-americanas. A *Yield* a 10 anos subiu pelo sexto mês consecutivo - fechando nos 4,93%, tendo até chegado a ultrapassar o máximo histórico de 2007 de 5%-, o que transpareceu para a economia real com os empréstimos a habitação a 30 anos a apresentarem taxas fixas de 7,9%, o valor mais alto desde o ano 2000.

Em sentido contrário, os dados europeus foram muito mais fracos no mês, com a primeira estimativa do PIB da Zona Euro no terceiro trimestre a registar uma contração de -0,1%, o pior desempenho desde o segundo trimestre de 2020. No entanto, este ponto trouxe a boas notícias do lado da inflação, com o valor anual em outubro a cair para +2,9%, o mínimo dos últimos de dois anos, o que impulsionou as obrigações soberanas da Zona Euro, com ganhos de 0,4%.

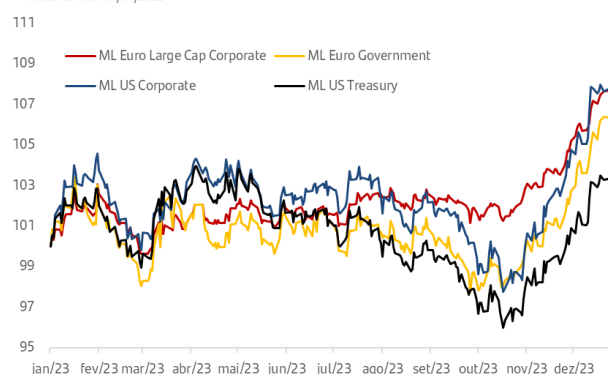
As subidas de taxas apontaram também para quedas nos mercados acionistas, com o S&P500 a cair -2,1% - sendo a primeira vez que existe uma terceira queda consecutiva mensal desde março 2020 - e o Eurostoxx 600 com perdas de -3,6%. Os mercados emergentes também foram afetados, com o índice MSCI EM a registar -3,9%. Já do lado das obrigações, os ligeiros ganhos do lado europeu (*bunds* +0.3%, *OATs* +0.2% e *BTPs* +0.6%) contrastaram com as perdas no lado americano com declínios de -1.3%.

Em sentido inverso aos meses anteriores, novembro trouxe de novo a especulação sobre um pivot da FED devido à crescente confiança dos investidores de que se chegaria ao final do ciclo de subidas de taxa de juro. A recuperação dos mercados arrancou no início do mês após a última reunião da FOMC - onde foi dito que as condições financeiras tinham restringido "significativamente" - e foi depois apoiada com a surpresa na inflação dos EUA com o IPC global a subir apenas +0,04% e o core com uma ligeira subida de 0,23%. Subsequentes discursos da FED e uma revisão em alta do PIB dos EUA (+5,2%) adicionaram ainda mais entusiasmo, levando os mercados a aumentar as expectativas de cortes de taxa em maio.

As boas notícias significaram um resultado excepcional das obrigações com a *yield* do *treasury* dos EUA a 10 anos a cair de 4,93% para 4,33%, o maior declínio desde julho 2021. Do lado do BCE, as obrigações soberanas da Zona Euro ganharam +3,0% e os *bunds* +2,6%. Isto levou os investidores a descontar cortes de taxa já em abril do ano que vem, resultando no melhor resultado do Índice Global de Obrigações da Bloomberg desde a grande crise financeira de 2008, subindo +5,04%.

As obrigações em 2023

Fonte: Refinitiv 04/01/2023



O apetite de risco também subiu, com o S&P 500 a quebrar as perdas dos meses anteriores com uma subida de +9,1% em retornos totais, e o NASDAQ subir até +10.8%, devido às subidas do setor tecnológico. Por outro lado, o índice de volatilidade VIX teve a maior queda desde o ano passado. As ações europeias também tiveram subidas acentuadas com o Eurostoxx 50 a subir +7,91%. Esta recuperação também apoiou o crédito empresarial (EUR IG +2,3% e USD IG +5,5%) com os spreads de Investment Grade a contraírem para 1,04%.

Os preços da energia continuaram a cair mesmo depois de anúncio de cortes de produção da OPEC (Brent -5,2%). Em oposição, o ouro atingiu máximos de 6 meses (+2.6%, \$2,036/oz.)

Depois de um novembro com retornos históricos para os mercados, sendo os cortes de taxa de juro por parte dos bancos centrais o tema dominante, dezembro conseguiu superar o desempenho do mês anterior, com parte do choque monetário de 2022 a ser revertido no período. O índice de obrigações globais obteve ganhos de +4,2% no mês, terminando o ano com um retorno, desde o início do mesmo, de +5,7%. Um resultado extremamente inesperado dado o comportamento destes ativos no fim de outubro. As restantes obrigações também continuaram o excelente desempenho, com as obrigações a 10 anos norte-americanas a terem ganhos de +3,5% e as obrigações empresariais USD com ganhos de +4,0%, enquanto as obrigações soberanas europeias subiram 3,7% e as obrigações empresariais EUR a terem um desempenho de +2,8%.

No que respeita às ações, o final do ano também trouxe subidas significativas, levando o S&P500 a ter ganhos de +4,5% e o Nasdaq a apreciar +5,6%. Do lado europeu, o Stoxx 600 subiu +3,9% no mês, sendo que os únicos resultados negativos vieram da China com o Shanghai Composite a perder -1,7%. Nas matérias-primas, o petróleo Brent continuou a tendência de descida devido à fraca procura, terminando o ano a perder -10,3%.

Em suma, 2023 foi um ano de recuperação extraordinária após um 2022 de má memória, tendo os mercados registado valores bastante atrativos para os investidores. O S&P 500 teve uma subida de +26,3%, o STOXX 600 de +16,6% e o índice MSCI World de +24,4%. As ações tecnológicas foram as que mais se destacaram em termos sectoriais, com o NASDAQ a registar uns impressionantes +44,7%, enquanto o índice dos 7 magníficos (Apple, Microsoft, Alphabet, Amazon, Nvidia, Meta e Tesla) tiveram um dos melhores desempenhos de qualquer ativo financeiro em 2023, subindo +107%.

Fonte: Deutsche Bank Early Morning Reid: December, Q4 and 2023 Performance Review

Economia Portuguesa

Após o fim da pandemia, o PIB de Portugal atingiu 5,4% em 2023, superando o nível de 2019. O PIB futuro continuou a crescer rapidamente acima da Zona Euro. O Banco de Portugal prevê uma queda da taxa de inflação de 5,2% este ano para 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025, já próximo do objetivo de política monetária do Banco Central Europeu. Os efeitos negativos da inflação ainda elevada e da maior restritividade da política monetária sobre a procura interna foram complementados por melhorias no mercado de trabalho, medidas públicas de apoio ao rendimento das famílias e maiores entradas de fundos europeus. Além das condições monetárias e financeiras menos favoráveis, a pressão inflacionista internacional diminuiu. A procura externa dirigida aos exportadores portugueses também diminuiu.

A economia cresceu acima do previsto em 1,6% no primeiro trimestre de 2023, principalmente devido ao dinamismo das exportações, na componente do turismo. A atividade continuou a crescer no primeiro semestre do ano, com variações em cadeia de 0,3% no segundo trimestre e de 0,5% nos dois trimestres seguintes. A perspetiva de um aumento no rendimento disponível real manteve o mercado de trabalho dinâmico e incentivou a procura interna. No que diz respeito às exportações, houve ganho de quota adicional nos serviços, em linha com as tendências recentes, onde o turismo teve um impacto significativo na economia nacional neste semestre.

A inflação diminuiu desde o final de 2022, com as partes mais voláteis do IHPC a impactarem em baixa os preços em 2023. Isto foi refletido principalmente devido à redução dos preços das matérias-primas alimentares e energéticas nos mercados internacionais. A redução da inflação, excluindo estes bens, foi determinada pelas pressões associadas ao aumento dos salários e margens de lucro, bem como pelos efeitos imprecisos derivados dos componentes voláteis da inflação. Num contexto de expectativas de inflação estabilizadas, a maior restritividade da política monetária resultou na convergência da inflação para valores próximos dos projetados para a área do euro e compatíveis com o objetivo de estabilidade de preços no final do horizonte, com a inflação do segundo trimestre atingindo -0,3 pontos percentuais (pp) em relação às indicações de março do Banco de Portugal. As pressões inflacionistas externas diminuíram e a redução temporária do IVA para alguns produtos alimentícios compensou parcialmente os efeitos da inflação interna.

Foi também registada uma melhoria em relação ao défice da balança corrente e de capital de +0,4% do PIB em 2022 devido ao aumento do saldo da balança de bens e serviços em 2023, bem como os efeitos positivos de volume e termos de troca, e é previsto pelo Banco de Portugal que a balança corrente e o saldo de capital devem aumentar para 2,1% do PIB no segundo semestre de 2023.

No primeiro trimestre, a economia portuguesa desacelerou resultado de uma retração mais marcante das exportações de bens e serviços, que superou a dinâmica da procura interna. Em termos homólogos, o produto interno bruto aumentou ainda 1,9%.

O indicador de clima económico continuou a tendência de desaceleração, tendo registado um mínimo em novembro. O indicador de sentimento económico, por outro lado, continuou negativo, tendo melhorado dos mínimos do segundo e terceiro trimestres.

O consumo privado recuperou no 3T após uma contração inesperada no trimestre anterior. Uma explicação para a recuperação foi a despesa em bens alimentares, bem como a despesa discricionária em bens e serviços não alimentares. No entanto, o consumo privado cresceu apenas 0,9%, abaixo do PIB, e os efeitos da inflação e das taxas de juro elevadas foram dissipados tendo a inflação desacelerado em termos homólogos. Contudo, a confiança dos consumidores voltou a diminuir em novembro, após a demissão do primeiro-ministro António Costa e o anúncio da dissolução do Parlamento. Após dois trimestres de redução, o investimento recuperou no 3T23. Essa dinâmica foi fortemente explicada pela despesa de capital em material de transporte e propriedade intelectual. Dinâmica essa que se manteve no 4º trimestre, como demonstra a patente nas vendas de veículos comerciais. Os indicadores de investimento disponíveis, exceto os de material de transporte, permanecem em terreno negativo, indicando dinâmicas inconsistentes no 4T2023.

No final do ano as exportações de bens e serviços caíram. A evolução do setor industrial em toda a Europa, especialmente na Alemanha, foi acompanhada pelas exportações de bens. Por outro lado, as exportações de serviços contrastam com os principais dados do setor do turismo, como o aumento do número de hóspedes não residentes, das dormidas e dos proveitos do setor. As importações aumentaram, principalmente ao nível dos serviços e a avaliação da atividade nos mercados externos, bem como as perspetivas de procura externa para o setor industrial, permaneceram em terreno negativo.

Embora continue a refletir uma economia em pleno emprego, a taxa de desemprego aumentou para 6.7%. O nível de emprego foi afetado ligeiramente pela redução da população ativa, justificado pelo fim dos empregos sazonais no setor de turismo. A taxa de desemprego registada no IEFP tem aumentado lentamente, mas ainda em mínimos, enquanto as oportunidades de emprego têm permanecido relativamente estáveis, embora abaixo das de há um ano. Ainda que a indústria tenha tido um crescimento moderado, as remunerações cresceram de forma significativa. Não obstante, os custos do trabalho diminuíram e convergiram para o crescimento constante de cerca de 6% em termos homólogos na Zona Euro. Embora tenha revertido a redução mais significativa ocorrida durante o verão, a produção industrial continuou a diminuir nas indústrias química, pasta e papel e calçados. Apesar do encerramento temporário da AutoEuropa devido a problemas com o fornecimento de peças, o setor automóvel manteve-se estável (-0.5%) até final do ano.

O Estado foi o maior beneficiário do contexto de crescimento e de inflação, com um crescimento dos impostos diretos (+13.1% tvha a outubro), e dos indiretos (+6.4% tvha), em particular do IVA (+6.7%). As despesas do subsetor Estado, acumuladas a outubro, cresceram 3.5%, fruto da dinâmica ao nível da despesa corrente (+3.1%) e dos aumentos salariais e descongelamentos de progressões, na Função Pública (as despesas com pessoal cresceram 4.3%). Os encargos com o serviço da dívida cresceram apenas 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, apesar da subida das taxas de juro. O aumento constante das receitas fiscais, especialmente as indiretas relacionadas à resiliência da atividade económica e especialmente num ambiente de inflação elevada, tem superado o aumento das despesas públicas, resultando em um excedente orçamental ao nível do subsetor do Estado. Uma das razões para a mudança de remuneração foi o crescimento explosivo dos Certificados de Aforro (+113% YoY), que liderou o crescimento homólogo de 2.7% da dívida pública direta do Estado em outubro de 2023. A dívida pública era de 107,2% do PIB no final do 3T23. Com a descida dos preços da energia e a reversão de fatores ainda relacionados à pandemia, a taxa de inflação continua a desacelerar, situando-se em 1.5% em novembro. A inflação subjacente, que abrange alimentação e energia, desacelera mais lentamente e está em 2,9 por cento.

A reversão dos efeitos de base e a reposição do IVA na alimentação podem levar a uma aceleração da inflação nos próximos meses. Até setembro, a balança de bens e serviços teve um excedente maior, devendo-se ao aumento do saldo da balança de serviços, que atingiu um máximo histórico. Nos primeiros nove meses do ano, as exportações de bens diminuíram 1%, enquanto as importações diminuíram 2.5% permitindo uma ligeira redução do défice da balança de bens.

Fonte: Boletim Económico Banco de Portugal (meses de Agosto e Dezembro 2023); Banco Santander Totta : Gabinete de Estudos Económicos e Relações com Investidores | Portugal Dashboard económico Evolução e Tendências 2023)

1.2. Política de Investimento

Durante o ano 2023, o fundo adaptou-se às mudanças regulatórias europeias em matéria de sustentabilidade, de forma a cumprir um mínimo de 50% de investimento em ativos sustentáveis. No que respeita às decisões de investimento do último ano, a carteira manteve um posicionamento defensivo, principalmente devido a uma menor exposição a ações, uma vez que os aumentos de taxa levados a cabo pelos bancos centrais foram significativos e muito rápidos para combater a inflação persistente. Neste contexto, o crescimento da economia europeia desacelerou significativamente, levando algumas economias a entrarem em recessão técnica.

Pelo contrário, o fundo foi aumentando, ao longo do ano, a exposição a obrigações, principalmente a dívida soberana devido às rendibilidades atrativas que apresentavam, e que não se verificavam há muitos anos. Por último, ao longo do ano foram adotadas estratégias com opções, principalmente de cobertura, que em muitos casos tinham como objetivo de realizar mais-valias com o passar do tempo.

1.3. Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor dos Serviços Financeiros (SFDR)

Em 9 de dezembro de 2020 foi publicado o Regulamento (UE) 2019/2088, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

A divulgação sobre a promoção de características ambientais ou sociais e dos investimentos sustentáveis é a que consta nas "Divulgações relativas ao regulamento de divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor de serviços financeiros (NÃO AUDITADO)" em anexo a este relatório anual.

1.4. Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2018	1 883 138	4,9283
2019	21 662 065	5,2130
2020	26 804 018	5,2137
2021	39 721 164	5,2901
2022	35 348 118	4,7414
2023	31 155 205	4,9765

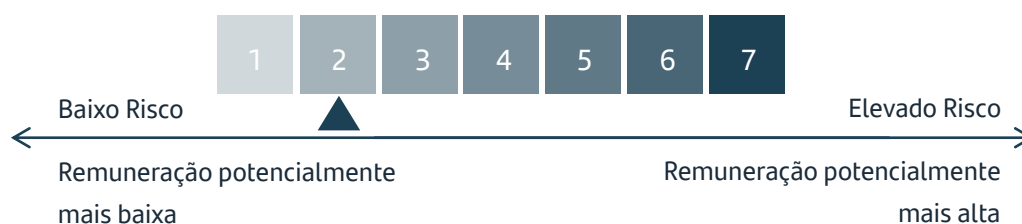
1.5. Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo nos últimos anos foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2019	5,78%	3
2020	0,02%	3
2021	1,46%	3
2022	-10,37%	3
2023	4,96%	2

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sumário de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Nota:

Com a entrada em vigor no início de 2023 do Regulamento (UE) Nº 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de novembro de 2014 que pretende harmonizar a informação prestada aos investidores, entre as quais a informação do indicador de risco, este indicador foi, de acordo com os critérios de cálculo estabelecidos, atualizado para um nível de risco 2, conforme consta do Documento de Informação Fundamental (DIF) publicado no site da CMVM.

Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Desde o início do Fundo:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- O fundo suportou comissões de manutenção de saldos de conta entre agosto de 2020 e outubro de 2022, situação que já não se verifica a partir dessa data.

1.6. Custos e Proveitos

Descritivo	2023-12-31	2022-12-31	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	1 353 501	202 183	1 151 318	569%
Rendimento de Títulos	828 407	988 356	-159 949	-16%
Ganhos em Operações Financeiras	40 189 308	47 320 571	-7 131 263	-15%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	1 271	7 807	-6 536	-84%
Total	42 372 487	48 518 917	-6 146 430	-13%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	483 111	82 685	400 426	484%
Comissões e Taxas	1 974 382	2 258 146	-283 764	-13%
Comissão de gestão	1 777 703	2 028 457	-250 754	-12%
Comissão de depósito	56 563	64 542	-7 978	-12%
Outras comissões e taxas	140 115	165 147	-25 032	-15%
Perdas em Operações Financeiras	32 042 989	67 167 045	-35 124 056	-52%
Impostos	153 946	175 994	-22 048	-13%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	4 305	4 529	-223	-5%
Total	34 658 733	69 688 398	-35 029 665	-50%
Resultado do Fundo	7 713 753	-21 169 481	28 883 235	-136%

1.7. Demonstração do Patrimônio

Descritivo	2023-12-31	2022-12-31
Valores mobiliários	146 678 952	161 941 876
Saldos bancários	7 867 985	5 412 165
Outros ativos	1 175 559	1 264 982
Total dos ativos	155 722 496	168 619 024
Passivo	680 120	1 019 086
Valor Líquido do OIC	155 042 376	167 599 937

1.8. Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	31.12.2023		31.12.2022	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	147 145 016	94,49%	161 971 533	96,06%
Instrumentos Financeiros admitidos à negociação em Plataformas Negociação (PN)	133 220 874	85,55%	138 100 231	81,90%
<i>Títulos de dívida pública</i>	62 350 196	40,04%	69 567 967	41,26%
<i>Outros fundos públicos e equiparados</i>	498 060	0,32%	-	0,00%
<i>Obrigações diversas</i>	37 603 986	24,15%	-	0,00%
<i>Ações</i>	32 724 650	21,01%	27 909 841	16,55%
<i>Unidades de participação/ações de OIC que não OII (ETFs)</i>	27 814	0,02%	40 152 511	23,81%
<i>Opções</i>	16 168	0,01%	469 912	0,28%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	13 924 142	8,94%	23 871 302	14,16%
<i>Obrigações diversas</i>	195 176	0,13%	-	0,00%
<i>Unidades de participação/ações de OIC que não OII</i>	13 728 966	8,82%	23 871 302	14,16%
Total do ativo	155 722 496	94,49%	168 619 024	96,06%

1.9. Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados

1.9.1. Valores mobiliários

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

Ações

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

Fundos de investimento de terceiros

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

Títulos de dívida (obrigações)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1. Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.
2. Junto de *market makers* que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3. Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:
 - Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
 - Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

1.9.2. Instrumentos do mercado monetário

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

1.9.3. Instrumentos derivados

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um

instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um *market maker* da escolha da Sociedade Gestora;
2. Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

1.9.4. Câmbios

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

1.10. Remunerações Atribuídas

O Montante total das remunerações atribuídas pela SAM no exercício económico findo a 31 de dezembro de 2023, aos seus 28 (vinte e oito) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

1. A título de remunerações fixas: 1 313 573 €; e,
2. A título de remunerações variáveis: 521 435 €.

Montante Agregado de Remunerações

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (2 colaboradores): 368 398 €;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): 98 251 €;
- Restantes colaboradores (25 colaboradores): 1 368 359 €.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o ano de 2023 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

As remunerações variáveis correspondem a estimativas aproximadas.

1.11. Política de Voto

No âmbito das suas atividades, a SAM SGOIC tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management (SAM Investment Holdings S.L.) dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo, aprovada em dezembro de 2020 (disponível na página da internet da Santander Asset Management Global - Sección Sostenibilidad). A partir deste documento, a SAM SGOIC

definiu e fez aprovar a sua própria Política, aplicável ao nível local (que pode ser consultada na página web institucional da sociedade em www.santander.pt)

Esta Política, aprovada em abril de 2023, estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em Assembleias Gerais de Acionistas de Sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com a legislação aplicável e com os normativos voluntários que promovem as melhores práticas e é consistente com os objetivos respetivos de cada veículo.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação "ASG" de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

Principais números em 2023

A informação detalhada (*) das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/politicas>.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em www.santander.pt/pdfs/investor-relations/santander-asset-management-sgoic/politicas-sam-sgoic/politica-voto-sgoic/SAM_PT_Relatorio_Exercicio_Voto_2023.pdf) são explicados os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

(*) Durante a aplicação do procedimento de voto, excepcionalmente, para alguns ativos objeto da política, não se participou na assembleia, por limitações pontuais operacionais ocorridas durante o processo.

1.12. Erros de Valorização

No exercício económico findo a 31 de dezembro de 2023 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

1.13. Factos Relevantes

1. Estabilização dos mercados financeiros

O final do ano de 2023 ratificou a visão dos agentes de mercado que a desinflação de preços de bens e serviços, deverá deixar os índices de inflação core da Zona Euro e Estados Unidos da América próximos do alvo de 2% no final de 2024. Essa tendência somada à possibilidade de corte de taxas diretoras a partir da segunda metade de 2024, e corroborada pela indicação avançada pela Reserva Federal na última reunião do ano, permitiram a obrigações e ações terminar o ano com performances consideráveis.

Para a indústria de gestão de ativos, o pico e pivot de política monetária mantém condições nos mercados financeiros para gerar retornos positivos nos próximos trimestres. Esta situação, no entanto, coincidirá com o topo de rentabilidade dos bancos nacionais, o que poderá, em termos de volumes, criar um cenário desafiante para as sociedades gestoras.

2. Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3. Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

1.14. Eventos Subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (31 de dezembro de 2023) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 31 de janeiro de 2024

2. Divulgações Relativas ao Regulamento de Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor de Serviços Financeiros (Não Auditado)

Modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 8.º, n.os 1, 2 e 2-A, do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º, primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) 2020/852

Nome de produto: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto SANTANDER SUSTENTÁVEL

Identificador de entidade jurídica (Código LEI): 549300L21S3DUWZ84Q33.

ISIN: PTYSBYHM0008

Por «**investimento sustentável**», deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente qualquer objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um sistema de classificação, previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que estabelece uma lista de **atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.

Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tinha um objetivo de investimento sustentável?

Sim

X Não

Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental:

em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo social:

Promoveu características ambientais/ sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 56,88% a investimentos sustentáveis

com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

com um objetivo social

Promoveu características (A/S), mas não realizou quaisquer investimento sustentáveis



Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

O Fundo promoveu características ambientais e sociais através da avaliação dos seus investimentos subjacentes em função de critérios ambientais, sociais e de governação (ASG), utilizando uma metodologia ASG própria e investindo em emitentes que apresentavam práticas ASG sólidas e que cumpriram os fatores de exclusão descritos na estratégia de investimento do Fundo. Para o efeito, foram utilizados critérios financeiros, ambientais, sociais e de boas práticas de *governance*, a fim de obter uma visão mais completa e global dos ativos onde investiu durante o período de referência, tendo sido avaliada uma combinação de fatores ASG, que incluíram, mas não excluindo outros:

- Os critérios ambientais analisados incluíram a avaliação do desempenho quantitativo e qualitativo do emitente em questões ambientais tais como as emissões de gases com efeito de estufa, o esgotamento de recursos, a poluição e a gestão recursos hídricos.
- Os critérios sociais que cobrem matérias relacionadas com a sociedade e variam desde questões relacionadas com o local de trabalho, normas laborais ou gestão de talentos, até às relações com as comunidades locais, privacidade e segurança de dados e direitos humanos.
- As boas práticas de *governance* analisadas incluíram a qualidade da gestão do emitente, a sua cultura e ética, a eficácia dos sistemas de governação para minimizar o risco de má gestão e a sua capacidade para antecipar riscos operacionais e legais que pudessem representar um potencial incumprimento. Incluíram também fatores relacionados com a composição e a estrutura do conselho de administração.

A avaliação destes fatores assentou na materialidade setorial definida pela Sociedade Gestora como parte da sua metodologia ASG. Adicionalmente, os casos controversos foram também avaliados quanto à gravidade do seu impacto na sociedade, no ambiente e no interesse dos *stakeholders* (grupos de interesses) e, consequentemente, classificados e integrados na metodologia ASG da Sociedade Gestora.

A Sociedade Gestora também promoveu características ambientais e sociais, recorrendo a atividades de *engagement* com os emitentes, quer individualmente, quer através de iniciativas de *engagement* colaborativo, para promover as melhores práticas ASG, tal como definido na sua política de *engagement*.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são alcançadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

Por principais impactos negativos, devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito pelos direitos humanos e da luta contra corrupção e o suborno.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

O desempenho dos indicadores de sustentabilidade do Fundo ao longo do período de referência é abaixo descrito:

- Indicador de exclusões: o Fundo não realizou qualquer investimento em setores não permitidos pela respetiva política de investimento. Ou seja, o Fundo excluiu, entre outros, emitentes cujo negócio esteja principalmente orientado para atividades relacionadas com armamento controverso e convencional, tabaco, bem como combustíveis fósseis, produção de eletricidade a partir de carvão e extração de carvão. Adicionalmente, no caso das obrigações governamentais, o Fundo teve 0% de exposição a países com fraco desempenho em termos de direitos políticos e liberdades sociais, considerando o indicador *Democracy Index* e o estudo *Freedom in the World*.
- Indicador de controvérsias: o Fundo teve 0% de exposição a empresas que estiveram envolvidas em controvérsias consideradas críticas.
- Classificação (rating) média ASG do Fundo: a classificação ASG média dos ativos que compõem a carteira de investimento do Fundo, classificados de acordo com a metodologia interna da Sociedade Gestora, foi de A- numa escala de 7 níveis (C-, C, C+, B, A-, A e A+, em que A+ reflete o melhor desempenho ASG). Este valor foi calculado como a média de rating ASG dos produtos/ativos que compõem a carteira com rating ASG, considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência, tal como definido na secção Principais Investimentos.
- Rating ASG a nível do emitente: com base na sua própria metodologia de análise ASG, a Sociedade Gestora monitorou a classificação/rating ASG de cada ativo/emitente (público e privado) e selecionou os que apresentavam a melhor classificação ASG (acima da média da sua classificação relativa em relação ao setor e à região), com o objetivo de investir nos que têm as melhores práticas de sustentabilidade.
- Percentagem de ativos do Fundo alinhados com as características ambientais e sociais promovidas foi de 94,40%.

● **...e comparado com os períodos anteriores?**

O desempenho dos indicadores acima referidos não sofreu alterações em relação ao período de referência anterior. Especificamente:

- Indicador de exclusões: manteve-se 0%, tal como reportado no período de referência anterior.
- Indicador de controvérsia: manteve-se em 0%, tal como reportado no período de referência anterior.
- Classificação ASG média do Subfundo: foi de -A, conforme reportado no período de referência anterior.

● **Quais foram os objetivos dos investimentos sustentáveis que o produto financeiro lançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Os objetivos de investimento sustentável deste Fundo foram atingidos através do investimento em emitentes que contribuíram para, pelo menos, um dos objetivos definidos na sua divulgação pré-contratual. Na prática, os emitentes que foram contabilizados como parte da percentagem de investimento sustentável reportada, cumpriram, pelo menos, um dos seguintes critérios:

- Emitentes cujas atividades estão alinhadas com o projeto de descarbonização do Acordo de Paris ou são atualmente net zero. Os emitentes que se qualificaram sob este critério contribuíram para atingir objetivos ambientalmente sustentáveis, como a mitigação das alterações climáticas, ajudando a estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera nos termos do Acordo de Paris e/ou a adaptação às alterações climáticas, investindo em soluções de adaptação que reduzem substancialmente ou evitam o risco de efeitos climáticos adversos.
- Emitentes cujas práticas têm pelo menos 20% das suas receitas alinhadas com os objetivos de mitigação e/ou adaptação, de acordo com a Taxonomia da UE. À data do presente relatório, considerou-se que a contribuição para os objetivos sustentáveis dos emitentes que se qualificam ao abrigo deste critério contribui para os objetivos ambientais de mitigação e/ou adaptação às alterações climáticas, tal como acima descrito.
- Emitentes que geram, pelo menos 20% em termos de volume de negócios, produtos e/ou serviços que criam um impacto ambiental mensurável (ou seja, uma empresa que desenvolve práticas agrícolas sustentáveis, tecnologias de prevenção da poluição ou energia alternativa, de entre outras). Os emitentes que se qualificaram segundo este critério foram considerados como contribuidores para objetivos ambientalmente sustentáveis, tais como a prevenção e o controlo da poluição, a proteção e a recuperação da biodiversidade e dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos hídricos e marinhos.
- Emitentes que geram, pelo menos 20% em termos de volume de negócios, produtos e/ou serviços que geram um impacto social mensurável (ou seja, uma empresa que desenvolve soluções de educação, melhoria da conectividade ou soluções de tratamento de doenças, de entre outras). Os emitentes que se enquadram neste critério contribuíram para objetivos sociais sustentáveis, tais como padrões de vida adequados e bem-estar dos consumidores, colaborando na criação de produtos e serviços que satisfazem as necessidades humanas.
- Emitentes cujas práticas empresariais demonstraram a intenção de contribuir para os objetivos ambientais e/ou sociais sustentáveis do Fundo, através do seu desempenho de vanguarda em matéria de sustentabilidade tendo em conta a classificação ASG da Sociedade Gestora.

Os investimentos efetuados pelo Fundo em obrigações verdes, obrigações sociais e obrigações sustentáveis foram também considerados como contribuidores para os objetivos de sustentabilidade ambiental ou social do Fundo, através do financiamento de projetos verdes, sociais ou sustentáveis, de acordo com os padrões de referência, tais como os desenvolvidos pelo organismo internacional *Capital Market Association* (ICMA).

Quando o Fundo investiu em outros Organismos de Investimento Coletivo, a Sociedade Gestora utilizou os dados e métodos de investimento sustentável divulgados pela Sociedade Gestora dos OICs investidos.

● **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável do ponto de vista ambiental ou social?**

Para assegurar que a contribuição positiva para um objetivo social e/ou ambiental não tenha prejudicado significativamente outros objetivos, a Sociedade Gestora aplicou as seguintes salvaguardas assentes na metodologia interna desenvolvida com o propósito de verificar que existe uma intenção de não causar esses danos significativos. Estas salvaguardas são:

- Consideração dos indicadores dos principais impactos adversos enumerados no Quadro 1 do Anexo I do Regulamento Delegado (UE) 2022/1288 na versão final das normas técnicas regulamentares de implementação do SFDR ("RTS"). Esta informação encontra-se disponível no website <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management>.
- Atividade em sectores controversos: são analisadas e excluídas exposições significativas a sectores sensíveis como os combustíveis fósseis ou armamentos controversos, tabaco, de entre outros, bem como os investimentos expostos a controvérsias graves.
- Desempenho sustentável neutro: foi exigida uma classificação/rating ASG mínima (B) de acordo com a metodologia interna da Sociedade Gestora numa escala de 7 níveis (C-, C, C+, B, A-, A e A+, em que A+ reflete o melhor desempenho ASG) para garantir que as práticas de sustentabilidade de cada emitente cumprem os requisitos mínimos ASG.

Se um investimento não cumprir qualquer destas salvaguardas, a Sociedade Gestora considera que não é possível garantir que não exista um dano significativo e não será considerado um investimento sustentável.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

A Sociedade Gestora teve em consideração todos os principais indicadores de impactos adversos (PIAS) na análise do princípio de não prejudicar significativamente (DNSH).

Para o efeito, a Sociedade Gestora definiu limites de relevância com base em critérios técnicos quantitativos e qualitativos. Os limites foram:

- Limites absolutos: os emitentes com uma exposição significativa a combustíveis fósseis, com atividades que afetam áreas sensíveis em termos de biodiversidade, que violam os princípios do Pacto Global das Nações Unidas e as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais, que não dispõem de processos e mecanismos de controlo do cumprimento dessas normas internacionais e/ou que estão expostos a armas controversas foram considerados não conformes com o princípio DNSH.
- Limites sectoriais: os emitentes que se encontram dentro do limite de pior desempenho do seu setor em termos de emissões de gases com efeito de estufa, água, resíduos e/ou questões sociais e relativas aos trabalhadores foram considerados não conformes com o princípio DNSH.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

O respeito pelas boas práticas do setor e direitos humanos é parte integrante dos valores da Sociedade Gestora e um padrão mínimo para a realização das suas atividades de forma legítima.

Neste sentido, a atuação da Sociedade Gestora baseia-se nos princípios que resultam das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e nos dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, de entre outros. Este compromisso reflete-se tanto nas políticas corporativas do Grupo Santander, como nas políticas próprias da Sociedade Gestora e faz parte do procedimento interno de integração do risco de sustentabilidade.

A Sociedade Gestora tem monitorizado periodicamente se os investimentos falham no cumprimento de alguma destas orientações internacionais e, se tal ocorrer o incumprimento é avaliado, atuando de acordo com a relevância desse incumprimento, o que pode implicar, por exemplo, de entre outras, medidas de engagement, quando se revele necessário.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da União.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

O Fundo teve em consideração os principais impactos adversos nos fatores de sustentabilidade ao tomar decisões de investimento. Para o efeito, a Sociedade Gestora monitorizou os indicadores do quadro 1 e dois dos indicadores opcionais dos quadros 2 e 3 das RTS, para avaliar os efeitos negativos que os investimentos efetuados por este Fundo possam causar.

Durante o período de referência, a Sociedade Gestora identificou estes impactos a dois níveis:

- Com base no desempenho relativo do setor de cada emitente para identificar as empresas com o pior desempenho em cada indicador PIAS. Neste sentido, os emitentes com pior desempenho em comparação com o seu setor para todos os indicadores PIAS obrigatórios foram avaliados pela equipa de ISR de acordo com a relevância do impacto e a recorrência ao longo do tempo, podendo ter derivado, por exemplo, em ações de engagement.
- Com base na comparação do desempenho dos indicadores PIAS dos Fundos com os de um índice de referência (benchmark) em termos ASG. Quando o desempenho do Fundo foi pior do que o índice de referência, a Sociedade Gestora analisou a gravidade do impacto, a sua recorrência ao longo do tempo, a probabilidade de sucesso através de atividades de engagement, a exposição da carteira e a tipologia do indicador PIAS para implementar ações de engagement. Durante o período de referência, foi dada prioridade a estas atividades de engagement para os indicadores relacionados com as emissões de gases com efeito de estufa, bem como, para os emitentes em risco de violar os princípios do Pacto Global das Nações Unidas. Adicionalmente, a Sociedade Gestora também atenuou esses impactos, pelo ajustamento das posições que mais contribuem para o indicador PIAS com pior desempenho face ao seu índice de referência ASG, limitando o aumento da posição ou, em última análise, desinvestindo.

Os dados necessários para o cálculo dos indicadores de PIAS foram proporcionados por fornecedores de dados externos. Foram realizadas análises periódicas, com a colaboração com emitentes e fornecedores de dados ASG, da cobertura e qualidade dos mesmos, para ultrapassar as limitações na disponibilidade e qualidade dos dados indicadores.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 30-12-2022 - 29-12-2023

Os principais investimentos neste produto financeiro são:

Investimentos mais avultados	Setor	% de Ativos	País
OBL 0% 10/10/25	Obrigações Governamentais	9,98%	DE
CANDRIAM SUS BD EC-I	Fundos	4,60%	LU
BNP PAR SUS ENH BD 1	Fundos	4,26%	LU
OBL 1.3 15/10/27	Obrigações Governamentais	2,08%	DE
EU 0% 04/11/25	Obrigações Governamentais	1,23%	EU
EU 0% 04/03/26	Obrigações Governamentais	1,22%	EU
FRTR 0.75 25/02/28	Obrigações Governamentais	1,19%	FR
SPGB 0 31/01/27	Obrigações Governamentais	1,15%	ES
FRTR 0% 25/02/25	Obrigações Governamentais	1,03%	FR
KFW 0.05 30/05/24	Financeiro	0,99%	DE
KFW 0,25% 30/06/25	Financeiro	0,98%	DE
Enel SPA	Utilities	0,95%	IT
SIG GROUP AG	Industrial	0,92%	CH
CORP ACCIONA ENERGIA	Energia	0,90%	ES
CADES 0 25/02/26	Obrigações Governamentais	0,85%	FR

Em comparação, os principais investimentos deste produto financeiro no período de referência anterior são apresentados abaixo. Estes dados são apresentados a 30 de dezembro de 2022.

Investimentos mais avultados	Setor	% de Ativos	País
ETF iShares EUR Corp	Fundos	10,74%	LU
SPGB 0% 31/05/24	Obrigações Governamentais	10,37%	ES
OBL 0 18/10/24	Obrigações Governamentais	10,19%	DE
BNP PAR SUS ENH BD 1	Fundos	9,19%	LU
FRTR 0% 25/02/25	Obrigações Governamentais	8,84%	FR
AMUNDI IEACS ETF DR	Fundos	6,36%	LU
BTPS 1,75% 30/05/24	Obrigações Governamentais	5,86%	IT
CANDRIAM SUS BD EC-I	Fundos	5,05%	LU
SPDR BBG 0-3 EURO CO	Fundos	4,83%	LU
BOTS 0 12/05/23	Obrigações Governamentais	2,59%	IT
AMUNDI ECRP SRI 0-3	Fundos	2,03%	LU
BTPS 2.45 01/10/23	Obrigações Governamentais	1,37%	IT
BTPS 0 30/01/24	Obrigações Governamentais	1,36%	IT
BTPS 0 15/04/24	Obrigações Governamentais	0,92%	IT
VERALLIA	Industrial	0,82%	FR



Qual foi a proporção dos investimentos relacionados com a sustentabilidade?

A proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade é de pelo menos 70% da carteira de ativos do Fundo.

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.

Qual foi a alocação dos ativos?

O Fundo cumpriu com a alocação de ativos divulgada nas informações pré-contratuais, nomeadamente:

- O Fundo cumpriu o mínimo de 70% dos seus ativos que promovem características ambientais e sociais, cumprindo a estratégia de investimento ASG acima descrita. Ao longo do período de referência, esta percentagem foi de 94,40%, calculada com base na percentagem média de ativos que promoveram as características do Fundo considerando os dados de quatro datas (Último dia útil de março, junho, setembro e dezembro de 2023).
- O Fundo cumpriu o compromisso mínimo de 50% em investimentos sustentáveis. Durante o período de referência, a percentagem média de investimentos sustentáveis deste Fundo foi de 56,88%, repartida de acordo com o abaixo indicado.

As percentagens acima referidas foram calculadas com base na percentagem média de investimentos sustentáveis do Fundo, considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência, tal como definido na secção Principais Investimentos.

Os valores de investimento sustentável com um objetivo ambiental alinhado com a taxonomia da UE estão incluídos nos gráficos do presente documento, que mostram a verde a percentagem de investimentos que estão alinhados com a taxonomia da UE.

Note-se que, por uma questão de clareza, as percentagens relacionadas com os Investimentos Sustentáveis (#1A) e outras características de A/S (#1B) são calculadas com base no total de investimentos e não apenas nos que estão alinhados com as características A/S.



#1 Alinhados com as características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com as características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com as características A/S** engloba:

- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis do ponto de vista ambiental ou social.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com as características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

● **Em que setores económicos foram realizados os investimentos?**

Os setores económicos em que foram realizados investimentos são:

Sector económico	Alocação de ativos em %
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	38,86%
Actividades financeiras e de seguros	20,16%
Fundos	11,78%
Indústria transformadora	11,32%
Outros sectores	8,34%
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	5,39%
Actividades de organizações e organismos extraterritoriais	4,07%

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outros, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Para cumprir a taxonomia da UE, os critérios para o gás fóssil incluem limitações de emissões e mudança para energias renováveis ou combustíveis com baixo teor de carbono até ao final de 2035. Para a energia nuclear, os critérios incluem regras abrangentes de segurança e de gestão de resíduos.

As atividades alinhadas com a taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes de atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento



● **Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?**

O Fundo não tem estabelecida uma percentagem mínima de investimentos alinhados com a Taxonomia da UE.

Os gráficos seguintes revelam o alinhamento da carteira com a Taxonomia da UE como percentagem média do Fundo, considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência, tal como definido na secção Principais Investimentos.

● **O produto financeiro investe em actividades relacionadas com gás fóssil e/ou energia nuclear que cumprem com a taxonomia da UE¹?**

Sim:

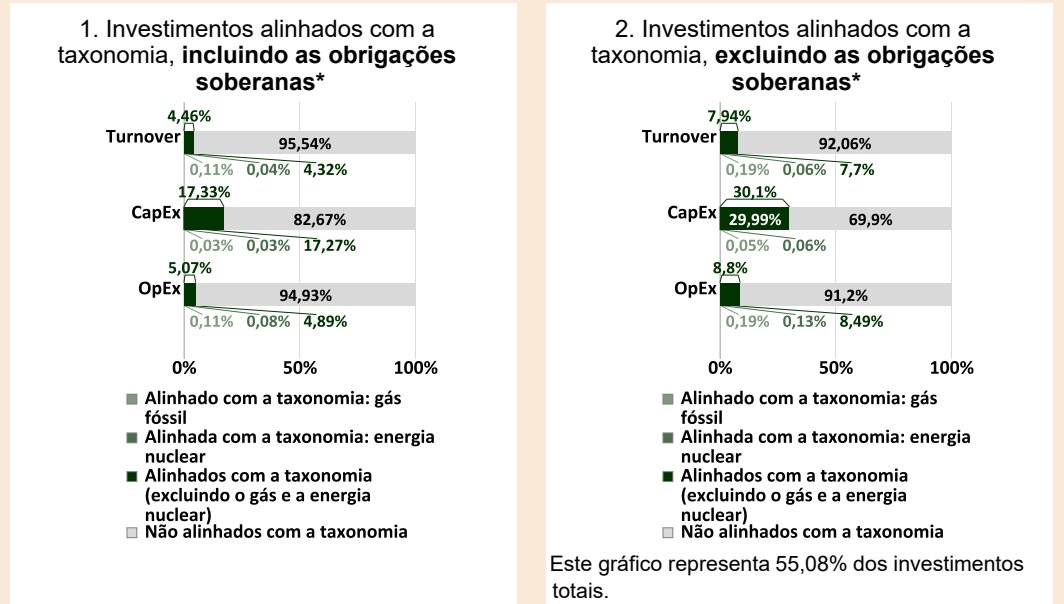
Gás fóssil Energia nuclear

Não

¹As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da UE se contribuírem para limitar as alterações climáticas («mitigação das alterações climáticas») e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia da UE - ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da UE são definidos no Regulamento Delegado (UE) 2022/1214 da Comissão.

- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, p. ex. com vista á transição para uma economia verde.
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Os gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento das obrigações soberanas com a taxonomia*, o primeiro gráfico apresenta o alinhamento com a taxonomia no que respeita a todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento com a taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



*Para efeitos destes gráficos, por «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.

● **Qual foi a percentagem dos investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

0,11% da carteira está alinhada com a taxonomia da UE através de atividades de transição e 2,43% está alinhada através de atividades capacitantes.

● **Como evoluiu a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE em comparação com os períodos de referência anteriores?**

O Fundo não tem uma percentagem mínima de alinhamento dos seus investimentos com a taxonomia da UE. A percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE aumentou em relação ao período de referência anterior.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (UE) 2020/852.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

O Fundo tinha uma percentagem de investimentos com um objetivo ambiental não-alinhado com a taxonomia da UE de 41,93%.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

O Fundo tinha uma percentagem de investimentos com um objetivo social de 14,95%.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

O Fundo tinha uma percentagem de 5,60% de investimentos que não estão alinhados

com as características ambientais ou sociais, nem são qualificados como investimentos sustentáveis. Esta percentagem foi calculada com base na percentagem média do Fundo, considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência, tal como definido na seção Principais investimentos.

Estes investimentos não alteram a prossecução das características ambientais ou sociais promovidas pelo Fundo, e destinam-se a contribuir para uma gestão eficiente da carteira, gerar liquidez e objetivos de cobertura.

A Sociedade Gestora estabelece salvaguardas ambientais ou sociais mínimas para não causar um dano significativo, tais como a consideração dos principais impactos adversos ou a exclusão de atividades não-alinhadas com as características ambientais e/ou sociais do Fundo. Os ativos que podem ser considerados nesta categoria são os seguintes:

- Ativos de investimento direto em numerário sem classificação/rating ASG por falta de dados dos fornecedores utilizados pela Sociedade Gestora e que não podem ser considerados investimentos sustentáveis de acordo com o critério definido na seção anterior (ou seja: títulos de dívida/green bonds, social bonds, etc).
- Os investimentos em OICs sem classificação/rating ASG por falta de dados dos fornecedores utilizados pela Sociedade Gestora e que não podem ser classificados como Artigos 8º ou 9º do Regulamento (UE) 2019/2088.
- Outros Ativos diferentes dos acima indicados (ex: ETC, etc.) permitidos pela política do Fundo e que não prejudiquem o perfil ASG.
- Liquidez no depositário e outras contas correntes utilizadas para as transações diárias do Fundo (ou seja: contas margem-garantias de derivados, etc.).



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o período de referência, foram tomadas as seguintes medidas para concretizar as características ambientais e sociais do Fundo:

A Sociedade Gestora verificou periodicamente se o Fundo cumpre as seguintes exclusões:

- Foram excluídos as empresas que tinham actividades comerciais (medidas em termos de volume de negócios) relacionadas com armas controversas e/ou receitas significativas provenientes de combustíveis fósseis não convencionais, da produção de energia a partir da extração de carvão, de armas convencionais e/ou de actividades relacionadas com a produção de tabaco.
- Os emitentes envolvidos em controvérsias consideradas críticas foram excluídos do universo de investimento do Fundo.
- As emissões de dívida pública foram avaliadas por forma a excluir as que apresentavam um fraco desempenho em matéria de direitos políticos e liberdade social. Para o efeito, a Sociedade Gestora baseou a sua análise num dos dois indicadores seguintes:
 - Índice de Democracia (Democracy Index): Indicador que determina a extensão da democracia de 167 países com base em indicadores como processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política. Numa escala de 1 a 10 pontos, são excluídos os países que estão abaixo de 6 pontos e que correspondentes a regimes híbridos e autoritários.
 - Relatório *Freedom in the World*: Indicador que mede o nível de democracia e liberdade política em todos os países e nos territórios mais importantes do mundo numa escala de 3 níveis ("Não livre", "Parcialmente livre" e livre"), foram excluídos os países classificados como "Não livres".
- A Sociedade Gestora monitorizou periodicamente se o critério de classificação (rating) média mínima ASG dos emitentes dos ativos da carteira (incluindo investimentos diretos ou em Organismos de Investimento Coletivo com rating disponível), foi cumprido, de acordo com a metodologia própria da Sociedade Gestora na análise desses subjacentes, com pelo menos um mínimo de A- numa escala de 7 níveis (C-, C,C+, B, A-, A e A+, onde A+ reflete o melhor desempenho ASG).
- A Sociedade Gestora cumpriu o critério de que a classificação/rating ASG de emitentes (públicos e privados) deve estar acima da média na sua classificação relativa em relação ao setor e região, de acordo com a metodologia de análise própria da Sociedade Gestora, para que invista nos ativos/emitentes com as melhores práticas de sustentabilidade.

Considerou-se que os investimentos que cumpriam os critérios acima referidos estavam a promover as características ambientais e sociais. Para além disso, A Sociedade Gestora também considerou que os seguintes casos também cumpriam as características ambientais e sociais do Fundo, tendo sido considerados como tal:

- Emitentes sem classificação/rating ASG ou que não cumpriam os indicadores ASG definidos na estratégia de investimento, mas que tinham investimentos que pudessem ser considerados investimentos sustentáveis, e, em concreto, emissões que foram qualificadas como obrigações verdes, sociais ou sustentáveis após validação prévia da Sociedade Gestora, de acordo com a sua metodologia de análise própria.
- No caso de OICs, aqueles que embora não tenham classificação/rating ASG, sejam OIC que promovem características ASG [OICs considerados Artigo 8º do Regulamento (UE) 2019/2088] e/ou que tenham como objetivo investimentos sustentáveis (Artigo 9º do Regulamento (UE) 2019/2088)].

Os critérios ASG acima referidos, juntamente com o cumprimento dos compromissos mínimos do Fundo, foram integrados no processo de investimento e monitorizados regularmente pela equipa de Compliance da Sociedade Gestora e, em caso de incumprimento, foram tomadas as medidas corretivas necessárias (por exemplo, relatório para a equipa de gestão, comunicação com a equipa de ISR, envio ao comité competente, de entre outras).

Adicionalmente, o desempenho ASG dos emitentes foi sujeito a um acompanhamento sistemático e contínuo pela equipa de ISR da Sociedade Gestora, incluindo o acompanhamento contínuo de potenciais discrepâncias, identificadas pelos gestores de carteiras, entre o conhecimento do emitente e os dados considerados no modelo

disponibilizado pelos fornecedores.

Por último, a Sociedade Gestora levou a cabo atividades de engagement para emitentes privados e atividades de voto nos casos em que o tipo de ativo o permite (ações). Estas atividades foram alinhadas com as características sociais e ambientais do Fundo e com as Políticas de Engagement e de Voto aplicáveis da Sociedade Gestora, disponíveis em <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/politicas>.

Outras referências das atividades de engagement e de voto podem ser encontradas no Relatório de Gestão da Sociedade Gestora, disponível em <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/informacao-financieira>.



Qual o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice de referência?

Nenhum índice específico foi utilizado como índice de referência (benchmark) para determinar se este produto financeiro está alinhado com as características sociais e ambientais que promove.

Os índices de referência são índices utilizados para aferir se o produto financeiro assegura a concretização das características ambientais ou sociais que promove.

- ***De que forma o índice de referência difere de um índice geral de mercado?***
- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro relativamente aos indicadores de sustentabilidade que determinam o alinhamento do índice de referência com as características ambientais ou sociais promovidas?***
- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro em comparativamente ao índice de referência?***
- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro em comparativamente ao índice geral de mercado?***

3. Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Sustentável** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 155 722 496 euros e um total de capital do Fundo de 155 042 376 euros, incluindo um resultado líquido de 7 713 753 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Sustentável**, em 31 de dezembro de 2023, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios

contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Sociedade Gestora do Fundo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão


Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 2 de fevereiro de 2024



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC

4. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Sustentável referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 2023-12-31

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO				
Código		2023-12-31			2022-12-31		Código		2023-12-31	2022-12-31
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido				
	Outros Activos									
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					61	Unidades de Participação	155 776 026	176 740 592	
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM					62	Variações Patrimoniais	9 553 928	8 860 677	
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>					64	Resultados Transitados	(18 001 332)	3 168 150	
						65	Resultados Distribuídos			
	Carteira de Títulos					67	Dividendos antecipados das SIM			
21	Obrigações	98 436 491	1 776 141	(31 279)	100 181 353	69	Resultado Líquido do Período	7 713 753	(21 169 481)	
22	Ações	30 596 533	3 635 491	(1 507 372)	32 724 652		<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>155 042 376</u>	<u>167 599 937</u>	
23	Outros Títulos de Capital									
24	Unidades de Participação	13 741 891	104 648	(89 759)	13 756 780		Provisões Acumuladas			
25	Direitos	36 760	3 825	24 418	16 167	481	Provisões para Encargos			
26	Outros Instrumentos da Dívida						<i>Total de Provisões Acumuladas</i>			
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>142 811 675</u>	<u>5 520 105</u>	<u>(1 652 828)</u>	<u>146 678 952</u>					
							Terceiros			
	Outros Activos					421	Resgates a Pagar aos Participantes	448 384	166 078	
31	Outros activos					422	Rendimentos a Pagar aos Participantes			
	<i>Total de Outros Activos</i>					423	Comissões a Pagar	178 249	186 213	
						424+...+429	Outras contas de Credores	46 535	547 494	
						43+12	Empréstimos Obtidos			
	Terceiros					44	Pessoal			
411+...+418	Contas de Devedores	650 817			650 817	46	Accionistas			
424	Estado e Outros Entes Públicos						<i>Total de Valores a Pagar</i>	<u>673 168</u>	<u>899 784</u>	
	<i>Total de Valores a Receber</i>	<u>650 817</u>			<u>650 817</u>					
							Acréscimos e diferimentos			
	Disponibilidades					55	Acréscimos de Custos	6 597	6 729	
11	Caixa					56	Receitas com Provento Diferido			
12	Depósitos à Ordem	7 867 985			7 867 985	58	Outros Acréscimos e Diferimentos	355	112 574	
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					59	Contas transitórias passivas			
14	Certificados de Depósito						<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>6 952</u>	<u>119 302</u>	
18	Outros Meios Monetários									
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>7 867 985</u>			<u>7 867 985</u>					
							TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>155 722 496</u>	<u>168 619 024</u>	
	Acréscimos e diferimentos									
51	Acréscimos de Proveitos	495 914			495 914					
52	Despesas com Custo Diferido									
58	Outros acréscimos e diferimentos	28 828			28 828					
59	Contas transitórias activas	(0)			(0)					
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>524 742</u>			<u>524 742</u>					
	TOTAL DO ACTIVO	<u>151 855 219</u>	<u>5 520 105</u>	<u>(1 652 828)</u>	<u>155 722 496</u>					
	Número total de Unidades de Participação em circulação				<u>31 155 205</u>		Valor Unitário da Unidade Participação	<u>4,9765</u>	<u>4,7414</u>	

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2023-12-31

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2023-12-31	2022-12-31	Código		2023-12-31	2022-12-31
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	A vista			911	A vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros	200 688	3 024 752	915	Futuros		7 378 989
	<i>Total</i>	<u>200 688</u>	<u>3 024 752</u>		<i>Total</i>		<u>7 378 989</u>
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções	33 679	745 965	934	Opções	17 512	276 055
935	Futuros	10 943 887	8 159 514	935	Futuros	10 102 840	
	<i>Total</i>	<u>10 977 566</u>	<u>8 905 479</u>		<i>Total</i>	<u>10 120 352</u>	<u>276 055</u>
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	<u>11 178 254</u>	<u>11 930 231</u>		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	<u>10 120 352</u>	<u>7 655 024</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>10 120 352</u>	<u>7 655 024</u>	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>11 178 254</u>	<u>11 930 231</u>

5. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Sustentável referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOSData: **2023-12-31**

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		2023-12-31	2022-12-31	Código		2023-12-31	2022-12-31
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	483 111	82 685	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	1 171 265	190 605
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	182 236	11 578
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	93 219	79 739		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	1 869 331	2 149 754	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	828 407	988 356
729	De Operações Extrapatrimoniais	11 831	28 653	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	20 997 138	42 673 781	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	28 378 424	24 920 526
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	11 045 852	24 493 264	839	Em Operações Extrapatrimoniais	11 810 883	22 400 044
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	153 946	175 994	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1 271	7 807
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>42 372 487</u>	<u>48 518 917</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 305	4 529		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>34 658 733</u>	<u>69 688 398</u>				
79	Outros Custos e Perdas das SIM				Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>			881	Recuperação de Incobráveis		
	Custos e Perdas Eventuais			882	Ganhos Extraordinários		
781	Valores Incobráveis			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
782	Perdas Extraordinárias			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais						
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>						
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período	<u>7 713 753</u>		66	Resultado Líquido do Período		<u>21 169 481</u>
	TOTAL	<u>42 372 487</u>	<u>69 688 398</u>		TOTAL	<u>42 372 487</u>	<u>69 688 398</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	9 287 739	(16 654 032)	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]		
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	753 200	(2 121 872)	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	7 867 700	(20 993 488)
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	7 713 753	(21 169 481)	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	7 713 753	(21 169 481)

6. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Sustentável referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-12-2023	31-12-2022
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	2 959 707	13 290 149
Subscrições de unidades de participação	2 959 707	13 290 149
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	(22 948 716)	(35 186 355)
Resgates de unidades de participação	(22 948 716)	(35 186 355)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	(19 989 009)	(21 896 205)
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	183 197 748	203 567 035
Venda de títulos e outros ativos da carteira	120 696 382	159 149 125
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	5 476 000	13 952 000
Resgates de unidades de participação noutros OIC	55 534 539	29 256 586
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira	755 918	946 506
Juros e proveitos similares recebidos	734 909	262 818
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	(159 663 125)	(180 249 946)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(155 109 135)	(174 001 763)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(3 974 053)	(6 074 481)
Comiss. de Bolsa	(42 454)	(48 128)
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos	(480 218)	(72 053)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem	(29 642)	(15 888)
Outras taxas e comissões	(27 623)	(37 632)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	23 534 623	23 317 089
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	29 880 081	45 747 200
Operações cambiais	18 172 467	23 736 558
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	11 371 526	21 576 269
Margem inicial em contratos de futuros e opções	336 089	434 373
PAGAMENTOS:	(29 151 827)	(47 613 782)
Operações cambiais	(18 280 192)	(23 699 325)
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	(10 859 633)	(23 885 736)
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de futuros	(12 003)	(28 721)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	728 254	(1 866 582)
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	216 764	18 420
Juros de depósitos bancários	154 429	7 971
Impostos e Taxas		
Outros recebimentos correntes	62 335	10 449
PAGAMENTOS:	(2 034 812)	(2 350 716)
Juros Disp./Emprst.	(2 726)	(10 362)
Comissão de gestão	(1 862 263)	(2 143 966)
Comissão de depósito	(59 254)	(68 217)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(105 956)	(123 401)
Outros pagamentos correntes	(4 613)	(4 770)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(1 818 048)	(2 332 296)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	0	0
Outros recebimentos de operações eventuais		
PAGAMENTOS:	0	0
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	0	0
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	2 455 820	(2 777 994)
Disponibilidades no Início do Período:	5 412 165	8 190 159
Disponibilidades no Fim do Período:	7 867 985	5 412 165

7. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2022	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2023
Valor base	176 740 592	3 059 890	(24 024 455)	-	-	-	155 776 026
Diferença p/Valor Base	8 860 677	(100 183)	793 434	-	-	-	9 553 928
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	3 168 150	-	-	-	(21 169 481)	-	(18 001 332)
Resultados do período	(21 169 481)	-	-	-	21 169 481	7 713 753	7 713 753
Total	167 599 937	2 959 707	(23 231 022)	-	(0)	7 713 753	155 042 376
Nº de Unidades participação	35 348 118	611 978	(4 804 891)	-	-	-	31 155 205
Valor Unidades participação	4,7414	4,8363	4,8349	-	-	-	4,9765

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes
Ups >= 25%	-
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	-
2% <= Ups < 5%	-
0.5% <= Ups < 2%	2
Ups < 0.5%	9 367
TOTAL	9 369

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

ANO	DATA	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação
2023	31/dez/23	155 042 376	4,9765	31 155 205
	30/set/23	156 091 156	4,7975	32 536 249
	30/jun/23	162 426 771	4,8482	33 502 416
	31/mar/23	166 576 525	4,8373	34 435 556
2022	31/dez/22	167 599 937	4,7414	35 348 118
	30/set/22	169 343 781	4,6731	36 237 777
	30/jun/22	178 893 809	4,8256	37 072 155
	31/mar/22	196 545 405	5,0951	38 575 294
2021	31/dez/21	210 127 822	5,2901	39 721 164
	30/set/21	193 518 812	5,2734	36 697 144
	30/jun/21	173 890 715	5,2852	32 901 592
	31/mar/21	152 625 719	5,2173	29 253 977

Nota 2 – Transações de Valores Mobiliários no Período

O volume de transações do exercício de 2023, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	Compras (1) *		Vendas (2) *		Total (1) + (2)	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Divida Publica	83 104 569	-	90 344 151	-	173 448 720	-
Fundos Publicos e Equiparados	485 962	-	-	-	485 962	-
Obrigacoes Diversas	47 925 175	-	6 986 392	373 742	54 911 567	373 742
Accoes	22 783 886	-	22 146 588	-	44 930 474	-
Direitos	-	-	-	189	-	189
Unidades de participação	1 260 551	2 713 502	41 709 766	13 824 773	42 970 317	16 538 275
Contratos de Futuros a)	138 220 407	-	155 964 636	-	294 185 043	-
Contratos de Opcoes b)	664 745	-	623 228	-	1 287 973	-
TOTAL	294 445 295	2 713 502	317 774 761	14 198 704	612 220 057	16 912 206

*Estes valores não incluem os custos de transação das respetivas operações

(a) Pelo preço de referência

(b) Valor dos prémios

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

Descrição	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	2 959 707	-
Resgates	23 231 022	-

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 31 de dezembro de 2023 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr. Fin. Cotados, em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
SPGB 0 31/01/27	1 774 310	2 304	-	1 776 615	-	1 776 615
SPGB 0 31/05/25	791 382	1 446	-	792 828	-	792 828
SPGB 3.15% 30/04/33	57 233	-	(306)	56 927	1 186	58 112
SPGB 3.55% 31/10/33	228 508	-	(1 202)	227 306	1 305	228 610
SPGB 0.8 30/07/29	283 068	-	(87)	282 981	1 057	284 038
RAGB 0.5% 20/04/27	273 235	452	-	273 687	1 017	274 704
SPGB 0% 31/01/28	420 430	531	-	420 961	-	420 961
SPGB 0.5 31/10/31	371 109	-	(744)	370 365	373	370 738
SPGB 1.25 31/10/30	497 745	-	(1 682)	496 063	1 156	497 219
SPGB 0.1 30/04/31	562 572	-	(978)	561 594	456	562 050
SPGB 0.5% 30/04/30	112 236	-	(132)	112 104	430	112 534
SPGB 2.8 31/05/26	351 236	336	-	351 572	5 757	357 328
RAGB 2.9% 23/05/29	408 799	-	(447)	408 352	7 564	415 916
EFSF 0.05% 17/10/29	155 018	208	-	155 226	18	155 245
ESM 0 16/12/24	1 265 171	1 096	-	1 266 267	-	1 266 267
BKO 2.5% 13/03/25	602 096	496	-	602 592	13 799	616 391
DBR 2.6% 15/08/33	561 494	-	(1 903)	559 591	6 492	566 084
EU 0% 04/03/26	1 832 640	62 150	-	1 894 790	-	1 894 790
EU 0.8% 04/07/25	400 204	551	-	400 755	1 634	402 389
EU 3% 04/09/26	448 012	820	-	448 832	4 302	453 133
EU 0% 04/11/25	1 847 461	53 943	-	1 901 405	-	1 901 405
EU 0% 02/06/28	127 040	255	-	127 295	-	127 295
BGB 1.25% 22/04/33	370 837	-	(1 961)	368 876	3 574	372 450
BGB 0.90% 22/06/29	125 647	-	(128)	125 519	641	126 160
EU 1% 06/07/32	71 562	-	(213)	71 349	396	71 745
BGB 0 22/10/31	240 558	-	(771)	239 787	-	239 787
KFW 0,125% 09/01/32	131 881	-	(134)	131 747	194	131 941
EU 0 06/07/26	155 786	350	-	156 136	-	156 136
RFGB 2.875% 15/04/29	264 055	375	-	264 430	2 503	266 933
DBR 2.3% 15/02/33	191 494	-	(638)	190 856	4 137	194 994
OBL 0% 10/10/25	15 202 258	269 572	-	15 471 830	-	15 471 830
OBL 1.3 15/10/27	3 213 419	5 657	-	3 219 076	9 112	3 228 188
DBR 2.1% 15/11/29	746 183	-	(15)	746 168	1 993	748 161
CADES 0 25/02/26	1 296 762	26 980	-	1 323 742	-	1 323 742
FRTR 2% 25/11/32	1 222 546	-	(6 403)	1 216 143	2 554	1 218 697
FRTR 0% 25/02/25	1 596 947	2 281	-	1 599 228	-	1 599 228
FRTR 2,75% 25/02/29	236 514	-	(2)	236 512	5 395	241 907
NETHER 0% 15/01/29	557 341	1 435	-	558 776	-	558 776
BTPS 0,50 01/02/26	466 407	711	-	467 118	1 019	468 136
BTPS 0.9% 01/04/31	762 582	-	(2 200)	760 382	2 032	762 413
BTPS 0.25 15/03/28	1 258 321	253	-	1 258 574	1 041	1 259 615
BTPS 0 15/04/24	775 391	722	-	776 113	-	776 113
BTPS 0 30/01/24	320 383	10 757	-	331 140	-	331 140
BTPS 0.45 15/02/29	1 156 543	-	-	1 156 543	2 247	1 158 790
BTPS 1.1% 01/04/27	244 396	286	-	244 682	713	245 395
BTPS 1.2 15/08/25	926 916	620	-	927 536	4 324	931 860
BTPS 3.4% 28/03/25	778 049	396	-	778 445	6 886	785 331
BTPS 4% 30/10/31	1 136 700	-	(5 045)	1 131 656	7 470	1 139 126
BTPS 3.85% 15/09/26	370 678	116	-	370 794	4 124	374 918
BTPS 3.6 09/29/25	210 190	50	-	210 240	1 934	212 174
IRISH 1.35 18/03/31	173 768	-	(600)	173 168	1 961	175 129
IRISH 0.2% 15/05/27	474 868	1 143	-	476 011	641	476 652
FRTR 0.75% 25/11/28	577 026	210	-	577 236	469	577 705
FRTR 0% 25/11/29	1 286 778	148	-	1 286 926	-	1 286 926
FRTR 0 25/02/26	673 598	1 725	-	675 323	-	675 323
FRTR 0 25/11/30	893 372	-	(1 159)	892 213	-	892 213
FRTR 0.75 25/02/28	1 835 930	2 790	-	1 838 720	12 428	1 851 148
FRTR 0 25/11/31	392 404	-	(1 234)	391 170	-	391 170
CADES 0 25/11/26	899 050	31 640	-	930 690	-	930 690
NETHER 0% 15/07/30	470 161	525	-	470 687	-	470 687
NETHER 0 15/01/27	590 497	1 984	-	592 481	-	592 481
LGB 0 28/04/30	31 913	26	-	31 939	-	31 939
NIB 0 30/04/27	115 339	4 096	-	119 435	-	119 435
RENTEN 0 22/09/27	179 310	6 413	-	185 723	-	185 723
ICO 0 30/04/26	165 126	4 733	-	169 859	-	169 859
EIB 0% 14/01/31	90 037	-	(46)	89 991	-	89 991
LGB 0% 24/03/31	154 278	247	-	154 525	-	154 525
KFW 0.05 30/05/24	1 508 146	29 766	-	1 537 912	460	1 538 372
KFW 1,375% 07/06/32	203 054	6 975	-	210 029	1 789	211 819
KFW 2,75% 14/02/33	142 342	3 177	-	145 519	3 458	148 978
ICO 3.05% 31/10/27	29 035	385	-	29 420	150	29 570
KFW 0,25% 30/06/25	1 488 374	29 103	-	1 517 477	1 989	1 519 466
KFW 0,50% 28/09/26	169 163	4 716	-	173 879	238	174 117
SOGRRP 0 25/11/30	79 730	3 446	-	83 176	-	83 176
CDEP 3,875% 13/02/29	99 460	2 978	-	102 438	3 418	105 856
SOGR 1,125% 22/10/28	454 550	13 150	-	467 700	1 091	468 791
ADIFAL 1,25 04/05/26	1 052 722	6 303	-	1 059 025	9 092	1 068 117
	61 631 374	600 830	(28 030)	62 204 174	146 022	62 350 196

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01.01.02 - Outros fundos públicos e equiparados						
CDEP 2.125% 03/21/26	192 518	3 202	-	195 720	3 321	199 041
AGFRNC 0 03/25/25	188 342	3 998	-	192 340	-	192 340
AEMSPA 4,5% 19/09/30	102 210	3 190	-	105 400	1 279	106 679
	483 070	10 390	-	493 460	4 600	498 060
01.01.03 - Obrigações diversas						
CXGD 0.375 21/09/27	175 040	9 986	-	185 026	209	185 235
EDPPL 1.625 04/15/27	93 440	2 394	-	95 834	1 162	96 996
DBR 0 15/08/31	1 172 901	-	(2 244)	1 170 657	-	1 170 657
DBR 0 15/08/29	206 056	259	-	206 315	-	206 315
EIB 1 1/4 11/13/26	704 513	18 337	-	722 850	1 243	724 093
EIB 0 15/05/28	174 569	6 740	-	181 309	-	181 309
KFW 0 15/09/28	920 555	14 469	-	935 024	-	935 024
EIB 0.01 15/11/30	130 977	6 334	-	137 311	2	137 313
KFW 0 06/15/29	850 326	11 854	-	862 180	-	862 180
KFW 0 15/09/31	876 766	16 303	-	893 069	-	893 069
EIB 0.05 15/11/29	551 385	23 928	-	575 313	42	575 356
KFW 0.01 05/05/27	488 615	16 112	-	504 727	36	504 763
MADRID 0.827 30/7/27	65 556	1 976	-	67 532	253	67 785
SNCF 3,375% 25/05/33	101 160	2 505	-	103 665	2 358	106 023
TENN 0,875% 03/06/30	175 760	11 239	-	186 999	1 024	188 023
EDF 1% 13/10/26	92 940	1 840	-	94 780	219	94 999
FRPTT 1.45 30/11/28	181 060	5 314	-	186 374	254	186 628
FRLBP 1,375% 24/4/29	172 320	9 000	-	181 320	1 899	183 219
RATFPF 0.35% 20/6/29	170 880	5 978	-	176 858	373	177 231
SNCF 0,625 17/04/30	84 600	3 263	-	87 863	443	88 306
LUCSHI 2% 06/04/29	160 493	2 785	-	163 278	2 538	165 816
ADIFAL 3.9% 30/04/33	102 050	2 773	-	104 823	2 661	107 484
VATFA 0,125% 12/2/29	84 360	2 324	-	86 684	111	86 795
RENTEN 0 30/06/31	193 136	8 741	-	201 877	-	201 877
TENN 2,375% 17/05/33	89 700	5 667	-	95 367	1 486	96 853
STTK 2,875% 13/09/29	98 440	1 872	-	100 312	864	101 176
TENN 0,75% 26/06/25	95 620	1 480	-	97 100	387	97 487
ORSTED 1,50 26/11/29	89 200	1 281	-	90 481	148	90 629
RESFERO,875%22/01/29	445 700	12 900	-	458 600	4 123	462 723
CMZB 0.75 24/03/26	92 890	3 115	-	96 005	580	96 585
VORHY 4.125 16/02/26	100 070	113	-	100 183	3 605	103 788
NRWB 0,875% 10/11/25	172 677	4 240	-	176 917	228	177 144
NRWBK 0 03/02/31	206 477	9 605	-	216 082	-	216 082
NRWB 0,375% 17/11/26	809 542	19 391	-	828 933	406	829 339
NRWBK 0 18/02/30	164 540	7 342	-	171 882	-	171 882
BYLAN 0,125%10/02/28	84 720	2 258	-	86 978	111	87 089
BYLAN 4,25% 21/06/27	99 737	2 645	-	102 382	2 253	104 635
MBGGR 3.5% 30/05/26	165 716	2 200	-	167 916	3 429	171 345
PBBGR 0.1 02/02/26	86 520	3 388	-	89 908	91	89 999
ERSTBK 4 16/01/31	100 510	3 000	-	103 510	3 836	107 346
NRWBK 0 28/07/31	70 292	3 247	-	73 539	-	73 539
ANNGR 2,375% 25/3/32	82 420	5 317	-	87 737	1 830	89 567
SUEZ 1,875% 24/05/27	187 360	4 130	-	191 490	2 275	193 765
ANNGR 4.75% 23/05/27	99 480	4 218	-	103 698	2 894	106 592
RENAU 4.875 14/06/28	88 729	4 934	-	93 663	2 383	96 046
BNP 0,375% 14/10/27	88 720	3 641	-	92 361	81	92 442
ENGIF 3,625% 11/1/30	201 320	4 364	-	205 684	7 051	212 735
ENGIF 3.5% 27/09/29	100 630	1 440	-	102 070	918	102 988
RENAUL 4.75 06/07/27	132 441	4 517	-	136 958	3 043	140 001
SOCGE 5,25% 06/09/32	99 020	4 893	-	103 913	1 678	105 591
SUEZ 2,875% 24/05/34	88 860	4 658	-	93 518	1 744	95 262
SOCG 4,125% 21/11/28	99 854	3 842	-	103 696	462	104 158
ORAFP 0 11/09/35	99 906	6 531	-	106 437	1 186	107 623
EDF 3.75% 05/06/27	99 776	2 139	-	101 915	277	102 192
IDFMOB 0.4% 28/05/31	245 010	9 618	-	254 628	715	255 343
ACAFP 4.375 27/11/33	99 571	5 871	-	105 442	418	105 860
ENGIF 0,375 26/10/29	82 640	2 956	-	85 596	69	85 665
SOCG 0.01 02/12/26	623 462	24 584	-	648 046	6	648 052
BNP 0,50% 30/05/28	173 960	6 990	-	180 950	590	181 540
GFCFP 0,875%25/01/33	76 130	6 469	-	82 599	817	83 416
RTEFRA 3.5% 07/12/31	99 883	3 254	-	103 137	239	103 376
ENGIF 3.875 06/12/33	99 204	4 213	-	103 417	275	103 692
SOCGEN4,75% 28/09/29	99 483	4 819	-	104 302	1 233	105 535
COVFP 4.625 05/06/32	99 661	4 030	-	103 691	341	104 032
FLUVIU 0.25 02/12/30	78 970	3 971	-	82 941	20	82 961

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
KBCBB 0.25 01/03/27	90 350	3 276	-	93 626	209	93 835
KBCBB 3% 25/08/30	94 750	2 922	-	97 672	1 057	98 729
UCGIM 4.6% 14/02/30	99 887	4 532	-	104 419	605	105 024
ORSTED 1.75 09/12/19	152 564	3 186	-	155 750	196	155 946
GFCFP 1,625%14/03/30	86 750	5 948	-	92 698	1 301	93 999
ENGIFP 3.25% PERP	389 840	4 660	-	394 500	10 934	405 434
ENGIFP0.375 21/06/27	267 660	6 582	-	274 242	596	274 838
BNP 0.5 04/06/26	187 180	4 196	-	191 376	577	191 953
ICADFP 1,375% 09/30	157 880	7 332	-	165 212	799	166 011
SOCGEN0.875 22/09/28	172 980	8 582	-	181 562	483	182 045
SUEZF 2.375 24/05/30	180 220	8 648	-	188 868	2 881	191 749
CMARK 3.875 22/05/28	99 862	2 444	-	102 306	2 372	104 678
BNP 4.375 13/01/29	101 040	2 583	-	103 623	4 231	107 854
CNPPF 5.25 18/07/53	95 450	8 333	-	103 783	2 395	106 178
BNP 4.25% 13/04/31	99 920	3 805	-	103 725	3 054	106 779
ADNA 0.25 26/06/25	93 900	2 122	-	96 022	129	96 151
KUNTA 0.05 06/09/29	83 750	3 678	-	87 428	16	87 444
ASSGEN 2.124 1/10/30	82 830	5 170	-	88 000	534	88 534
SANTAN 0.3 04/10/26	89 860	3 022	-	92 882	73	92 955
ENELIM 0.375 17/6/27	127 282	3 982	-	131 264	292	131 556
RABOBK 0.25 30/10/26	90 290	2 882	-	93 172	43	93 215
PLD 0.375 06/02/28	85 670	3 685	-	89 355	338	89 693
SLHNVX 0.5 15/09/31	133 429	11 027	-	144 456	263	144 718
VATFAL 0.05 15/10/25	96 096	2 367	-	98 463	11	98 474
FLYFP 0,5% 21/04/28	85 580	4 120	-	89 700	349	90 049
IBESM 0.875 16/06/25	95 440	1 085	-	96 525	476	97 001
EUROG1.113% 15/05/32	79 179	4 949	-	84 128	702	84 830
CS 0.45 19/05/25	92 040	3 957	-	95 997	279	96 276
PRIFII 1,625% 06/32	98 713	6 634	-	105 347	1 099	106 445
SANTAN 1.125 23/6/27	90 000	3 484	-	93 484	590	94 074
ADIFAL 0.55 31/10/31	156 240	7 148	-	163 388	186	163 574
CMZB 3% 14/09/27	189 200	6 802	-	196 002	1 789	197 789
TENN 2.375 PERP	115 202	4 108	-	119 310	567	119 876
TRNIM 0,75% 24/07/32	77 790	4 300	-	82 090	330	82 420
BKTSM 0.625 06/10/27	86 330	4 786	-	91 116	149	91 265
ULFP 1% 14/03/25	95 000	1 797	-	96 797	801	97 598
MUNRE 0 26/05/2041	76 600	6 242	-	82 842	751	83 593
ERGIM 0,5% 11/09/27	142 821	4 481	-	147 302	249	147 551
VW 0,875% 22/09/28	85 360	4 230	-	89 590	241	89 831
VW 1,25% 23/09/32	156 440	10 542	-	166 982	683	167 665
MIZUHOO.214 07/10/25	92 300	2 685	-	94 985	50	95 035
CABKSM .375 18/11/26	90 790	3 335	-	94 125	45	94 170
TENN 0.125 30/11/32	75 970	11 412	-	87 382	11	87 393
ADRIT 1,625 02/02/29	87 184	4 836	-	92 020	1 483	93 503
IBESM 1.45 PERP	85 710	5 290	-	91 000	1 295	92 295
CABKSM 0,5% 09/02/29	83 640	4 662	-	88 302	447	88 749
LANBNN 0.375 23/5/25	96 613	6 883	-	103 496	251	103 747
DEVOBA 0.375 03/3/28	83 570	3 555	-	87 125	312	87 437
BKIR 0.375 10/05/27	98 021	4 412	-	102 433	266	102 699
EOFP 2,375% 15/06/29	81 290	10 085	-	91 375	106	91 481
ISPIIM 0% 16/03/28	144 138	6 035	-	150 173	996	151 169
BKIR 1,375 11/08/31	112 788	8 615	-	121 403	700	122 103
K 0,5% 20/05/29	163 876	6 258	-	170 134	605	170 739
SWEDA 0.3 20/05/27	160 547	6 625	-	167 172	335	167 507
MRLSM 1,375%01/06/30	77 280	7 563	-	84 843	804	85 647
TENN 0.5 09/06/31	84 030	5 970	-	90 000	281	90 281
ENELIM 0,50 17/06/30	76 870	7 145	-	84 015	270	84 285
SANT 0,625% 24/06/29	83 756	4 992	-	88 748	326	89 074
UBS 0.01 29/06/26	222 612	9 440	-	232 052	13	232 065
SGROLN 0,50%22/09/31	70 780	7 977	-	78 757	138	78 895
UCGIM 0.8 05/07/29	83 880	4 961	-	88 841	393	89 234
MUNRE 1% 26/05/42	72 000	7 365	-	79 365	601	79 966
MDLZ 0,25 09/09/29	156 563	8 154	-	164 717	149	164 865
NIBCAP 0.25 09/09/26	85 480	6 062	-	91 542	78	91 620
NNGRNV 0.5 21/09/28	83 780	4 525	-	88 305	139	88 444
ABNANV 0,5 23/09/29	241 290	13 923	-	255 213	410	255 623
CTPNV 0,625 27/09/26	156 500	18 290	-	174 790	318	175 108
STEDIN 0% 16/11/26	88 819	2 622	-	91 441	-	91 441
NTT 0.082% 13/12/25	92 020	2 289	-	94 309	4	94 313
SGRO 1,25% 23/03/26	91 350	4 222	-	95 572	970	96 542
SGROL 1,875 23/03/30	83 510	8 550	-	92 060	1 455	93 515
IBESM 1,375 11/03/32	87 440	1 438	-	88 878	1 115	89 993
EDPP 1,875% 21/09/29	90 460	3 054	-	93 514	523	94 037
EOAN 0,875% 08/01/25	63 426	948	-	64 374	566	64 940
TENN 2,125% 17/11/29	143 838	2 187	-	146 025	397	146 422
RWE 2.75% 24/05/30	133 762	6 368	-	140 130	2 402	142 532
RWE 2,125% 24/05/26	55 958	818	-	56 776	748	57 524
TELE 2.592% 25/05/31	94 350	1 825	-	96 175	1 565	97 740
HERIM 2,5% 25/05/29	92 770	3 632	-	96 402	1 510	97 912
STEDI 2.375 03/06/30	121 196	2 037	-	123 233	1 775	125 007

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
ABNAN 2.375 01/06/27	94 150	3 133	-	97 283	1 389	98 672
AEMSPA 2.5% 15/06/26	96 800	1 485	-	98 285	1 366	99 651
VW 3,125% 28/03/25	98 900	543	-	99 443	2 382	101 825
VW 3,75% 28/09/27	99 610	1 835	-	101 445	973	102 418
AIB 3.625% 04/07/26	148 977	1 918	-	150 895	2 707	153 602
ALDFP 4% 05/07/27	97 584	4 791	-	102 375	1 967	104 342
SSELN 2.875 01/08/29	96 350	2 687	-	99 037	1 202	100 239
INTNE 4,125% 24/8/33	95 280	5 302	-	100 582	1 465	102 047
EUROG 3.279 05/09/31	98 670	1 006	-	99 676	1 057	100 733
ENEL 3,875% 09/03/29	101 220	2 134	-	103 354	3 155	106 509
ALLR 2,625% 09/09/27	98 270	1 349	-	99 619	818	100 437
ORSTE 3,25% 13/09/31	97 820	1 411	-	99 231	977	100 208
CCHLN 2,75% 23/09/25	98 930	278	-	99 208	751	99 959
DNBN 3,125% 21/09/27	141 595	2 058	-	143 653	1 254	144 907
CITI 3,713% 22/09/28	130 535	3 559	-	134 094	1 353	135 446
ABNANV 4.25 21/02/30	100 440	3 587	-	104 027	3 656	107 683
BBVA 4.375% 14/10/29	102 670	3 771	-	106 441	944	107 385
ISPIM 5.25 13/01/30	104 070	3 251	-	107 321	5 077	112 398
SABSM 5,125%10/11/28	101 900	3 289	-	105 189	728	105 917
IBESM 3.125 22/11/28	99 980	1 439	-	101 419	342	101 761
IBESM 3.375 22/11/32	100 500	1 706	-	102 206	369	102 575
EOANG 3.875 12/01/35	86 181	3 523	-	89 704	3 232	92 936
ABNANV 4 16/01/28	99 550	2 999	-	102 549	3 836	106 385
BKIR 4.875 16/07/28	101 510	3 193	-	104 703	2 251	106 954
ACEI 3,875% 24/01/31	168 425	5 229	-	173 654	6 136	179 790
DNBN 3,625% 16/02/27	99 250	1 132	-	100 382	3 168	103 550
ADNA 3.5 04/04/28	100 460	1 735	-	102 195	2 601	104 796
NWG 4.699% 14/03/28	101 680	1 323	-	103 003	3 762	106 765
DNBNO 4% 14/03/29	116 840	1 870	-	118 710	3 683	122 393
SABSM 5% 07/06/29	99 521	5 709	-	105 230	2 842	108 072
NESVFH 4.25%16/03/33	103 010	4 285	-	107 295	3 379	110 674
VW 3,875% 29/03/26	99 940	842	-	100 782	2 943	103 725
VW 4.25% 29/03/29	100 570	3 337	-	103 907	3 228	107 135
ANESM 3.75% 25/04/30	100 070	-	(1 004)	99 066	2 572	101 638
NNGRNV 6% 03/11/43	173 952	10 316	-	184 268	1 673	185 941
ISPIM 4,875 19/05/30	100 000	5 360	-	105 360	3 024	108 384
ALLRNV 3.25 13/06/28	99 289	2 812	-	102 101	1 794	103 895
SEB 4.125 29/06/27	99 949	3 090	-	103 039	2 096	105 135
BKIR 5% 04/07/31	99 682	6 963	-	106 645	2 473	109 118
IBES 3,625% 13/07/33	99 695	4 039	-	103 734	1 704	105 438
DNBNO 4.5% 19/07/28	99 882	3 637	-	103 519	2 041	105 560
TRNIM 3.875 24/07/33	99 107	4 337	-	103 444	1 705	105 149
MIZUH 4.608 28/08/30	100 000	6 057	-	106 057	1 586	107 643
EOANGR 3.75 01/03/29	47 832	1 877	-	49 709	615	50 324
EOANGR 4% 29/08/33	56 481	3 611	-	60 092	779	60 870
SSELN 4% 05/09/31	99 966	4 705	-	104 671	1 290	105 961
SYDB 5,125% 06/09/28	99 859	3 566	-	103 425	1 638	105 063
SSELN 0.875 06/09/25	272 477	4 285	-	276 762	806	277 567
FERSM 4.375 13/09/30	99 587	5 997	-	105 584	1 315	106 899
VW 4.625% 25/03/29	99 589	5 983	-	105 572	1 238	106 810
VW 4.75% 25/09/31	96 724	9 821	-	106 545	1 272	107 817
ANES 5,125% 23/04/31	99 697	6 007	-	105 704	980	106 684
EOANGR 1,25%19/10/27	246 821	3 676	-	250 497	672	251 170
AIB 5.25% 23/10/31	99 543	8 645	-	108 188	1 004	109 192
BYLN 4,375% 21/09/28	99 476	3 042	-	102 518	490	103 008
TELEF 4.183 21/11/33	100 000	5 352	-	105 352	469	105 821
STATK 3.125 13/12/26	99 867	851	-	100 718	162	100 880
NDAF 4,875% 23/02/34	99 818	4 351	-	104 169	521	104 690
COLSM 2.5 28/11/29	89 300	5 130	-	94 430	232	94 662
SRGIM 4% 27/11/29	99 026	4 151	-	103 177	383	103 560
PRIFII 1,75% 15/3/28	149 655	5 849	-	155 504	2 304	157 808
IBESM 2.625 PERP	98 710	1 165	-	99 875	2 021	101 896
BNP 1 17/04/24	1 230 071	21 517	-	1 251 589	8 931	1 260 519
ABNAMR 0.875 22/4/25	137 102	2 197	-	139 299	877	140 176
BBVASM 1.375 14/5/25	191 260	2 906	-	194 166	1 743	195 909
TENN 1,375 05/06/28	130 383	4 625	-	135 008	1 112	136 120
IBESM 3.25% PERP	291 360	5 265	-	296 625	8 628	305 253
DLR 2.5 16/01/26	135 518	5 023	-	140 541	3 452	143 993
INTNED 2,5% 15/11/30	92 460	3 513	-	95 973	321	96 294
ENELIM 1.5 21/07/25	160 804	1 571	-	162 375	1 122	163 498
TELEFO 1.069 05/2/24	1 277 458	19 058	-	1 296 516	12 564	1 309 080
LPTY 1.375 07/03/24	1 223 883	23 491	-	1 247 375	14 122	1 261 496
ISPIM 1,5% 10/04/24	1 248 263	17 531	-	1 265 794	13 900	1 279 694
TRNIM 1% 10/04/26	94 000	1 500	-	95 500	727	96 227
	36 139 634	1 152 853	(3 248)	37 289 239	314 748	37 603 986

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01.01.04 - Acções						
Cortic.Amorim - SGPS	576 361	28 387	-	604 748	-	604 748
COCA-COLA EUR.P	515 896	125 776	-	641 672	-	641 672
BAKKAFROST P/F	433 124	-	(31 681)	401 443	-	401 443
Heineken Nv	575 623	50 029	-	625 652	-	625 652
RCF FP Equity	290 786	-	(38 967)	251 819	-	251 819
Air Liquide	512 048	174 467	-	686 515	-	686 515
SANOFI - AVENTIS	340 185	35 191	-	375 376	-	375 376
LVMH	280 921	36 727	-	317 648	-	317 648
ESSILORLUXOTTICA	214 142	13 947	-	228 089	-	228 089
Vinci SA	531 114	83 321	-	614 435	-	614 435
Societe Generale	1 136 157	156 244	-	1 292 401	-	1 292 401
LINDE PLC USD	409 178	118 689	-	527 867	-	527 867
St. MicroElectronics	527 569	164 544	-	692 113	-	692 113
Barclays PLC	300 558	-	(33 361)	267 197	-	267 197
MAN GROUP PLC	539 226	25 191	-	564 417	-	564 417
CONVATEC GROUP PLC	1 120 591	124 336	-	1 244 928	-	1 244 928
WATCHES OF SWITZ	664 618	137 596	-	802 214	-	802 214
JD SPORTS FASHION PL	1 074 634	176 725	-	1 251 359	-	1 251 359
COMPUGROUP MEDIC	180 175	6 937	-	187 112	-	187 112
Enel SPA	1 371 656	102 503	-	1 474 159	-	1 474 159
DECEUNINCK NV	190 756	-	(78 037)	112 719	-	112 719
HSBC Holdings PLC	224 868	80 521	-	305 389	-	305 389
Deutsche Telekom	630 110	55 319	-	685 429	-	685 429
Fresenius SE CO	767 656	-	(13 050)	754 606	-	754 606
Deutsche Boerse AG	796 535	97 546	-	894 082	-	894 082
Infineon Techn AG	454 060	26 529	-	480 589	-	480 589
Merck KGAA	265 881	-	(37 338)	228 543	-	228 543
MERCEDES-BENZ GROUP	416 094	-	(25 469)	390 625	-	390 625
Allianz SE	328 148	125 750	-	453 898	-	453 898
Aviva PLC	180 258	-	(2 641)	177 617	-	177 617
BARRY CALLEBAUT AG-R	698 487	-	(188 199)	510 289	-	510 289
Astrazeneca Plc	669 788	238 662	-	908 450	-	908 450
GN STORE NORD A/S	710 145	191 903	-	902 048	-	902 048
ASML Holding NV	357 026	94 942	-	451 968	-	451 968
Banco Santander SA	496 407	41 502	-	537 909	-	537 909
PHILIPS LIGHTING	630 651	68 650	-	699 301	-	699 301
WH SMITH PLC	821 018	-	(120 378)	700 640	-	700 640
Roche Holding Genuss	764 276	-	(135 335)	628 941	-	628 941
MICHELIN (CGDE)	390 850	68 914	-	459 764	-	459 764
NESTLE SA - Resgist	718 108	-	(89 664)	628 444	-	628 444
NORDISK-B	682 560	484 640	-	1 167 200	-	1 167 200
Reckitt Benckiser Or	660 645	-	(72 836)	587 809	-	587 809
CORP ACCIONA ENERGIA	1 528 458	-	(140 295)	1 388 163	-	1 388 163
CONSTRUCC Y AUX DE F	446 828	-	(3 534)	443 294	-	443 294
ELECNOR SA	594 618	388 101	-	982 720	-	982 720
SOLARIA ENERGIA Y ME	388 895	111 900	-	500 795	-	500 795
GRIFOLS SA - B	1 315 856	-	(18 639)	1 297 217	-	1 297 217
DSM-FIRMENICH AG	1 101 575	-	(372 015)	729 560	-	729 560
SGS SA-REG	262 576	-	(27 722)	234 854	-	234 854
SIG GROUP AG	1 508 839	-	(78 214)	1 430 625	-	1 430 625
	30 596 533	3 635 491	(1 507 374)	32 724 650	-	32 724 650
01.01.05 - Ups e Acções de OIC que não OII (ETFs)						
AMUNDI IEACS ETF DR	26 471	1 343	-	27 814	-	27 814
	26 471	1 343	-	27 814	-	27 814
01.01.08 - Opções						
SXSE 16/02/24 P4200	22 949	-	(15 688)	7 262	-	7 262
SXXPE 19/01/24 C178	(8 782)	-	(8 730)	(17 512)	-	(17 512)
SXSE 16/02/24 P4450	22 593	3 825	-	26 419	-	26 419
	36 760	3 825	(24 418)	16 168	-	16 168
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados						
01.03.03 - Obrigações diversas						
SUEZFP 4.5% 13/11/33	99 033	7 777	-	106 810	602	107 412
CMARK 0,375% 3/10/28	83 380	4 291	-	87 671	92	87 764
	182 413	12 068	-	194 481	695	195 176
01.03.05 - Ups e Acções de OIC que não OII (ETFs)						
CANDRIAM SUS BD EC-I	7 218 985	-	(89 759)	7 129 226	-	7 129 226
BNP PAR SUS ENH BD 1	6 496 435	103 305	-	6 599 740	-	6 599 740
	13 715 420	103 305	(89 759)	13 728 966	-	13 728 966
TOTAL	142 811 674	5 520 105	(1 652 828)	146 678 952	466 064	147 145 016

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2022	Aumentos	Reduções	31-12-2023
Depósitos à ordem	5 412 165	216 254 300	213 798 480	7 867 985
TOTAL	5 412 165	216 254 300	213 798 480	7 867 985

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 27/2023 de 28 de abril e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.

- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à exceção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema "Reuters".

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica "Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras", sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de "Acréscimos e diferimentos" e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica "Contas de devedores".

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 5 – Componentes do Resultado

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Total
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efetivas	Total	Juros vencidos	Juros corridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Acções	13 755 736	2 391 386	16 147 122	-	-	792 813	792 813
Obrigações	5 200 600	197 218	5 397 818	702 812	466 064	-	1 168 876
Unidades de Participação	5 041 249	-	5 041 249	-	-	35 594	35 594
Direitos	73	35	108	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	153 045	29 191	-	182 236
Outros ativos	-	-	-	2 389	-	-	2 389
OPERAÇÕES "A PRAZO"							
Cambiais							
Cambiais a Vista	-	306 672	306 672	-	-	-	-
Futuros	-	3 053 514	3 053 514	-	-	-	-
Cotações							
Futuros	-	8 450 697	8 450 697	-	-	-	-
Opções	1 059 758	732 369	1 792 127	-	-	-	-
TOTAL	25 057 416	15 131 891	40 189 308	858 246	495 255	828 407	2 181 908

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões suportadas		Total
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efetivas	Total	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	1 788 185	984 612	2 772 797	480 218	-	480 218
Acções	10 752 230	1 435 823	12 188 053	-	-	-
Unidades de Participação	528 317	3 219 477	3 747 794	-	-	-
Direitos	1 209 126	1 079 368	2 288 493	-	-	-
Depósitos	-	-	-	2 892	-	2 892
OPERAÇÕES "A PRAZO"						
Cambiais						
Cambiais a Vista	-	170 628	170 628	-	-	-
Futuro de Moeda	-	3 287 680	3 287 680	-	-	-
Sports	-	-	-	-	-	-
Cotações						
Futuros	-	7 587 543	7 587 543	-	-	-
Comissões						
De Gestão	-	-	-	1 777 703	-	1 777 703
De Depósito	-	-	-	56 563	-	56 563
De Carteira de Títulos	-	-	-	93 219	-	93 219
De Operações Extrapatrimoniais	-	-	-	11 831	-	11 831
Taxa de Supervisão	-	-	-	24 640	-	24 640
Outras comissões	-	-	-	10 425	-	10 425
TOTAL	14 277 858	17 765 131	32 042 989	2 457 492	0	2 457 492

Nota 9 – Impostos

À data de 31 de dezembro de 2023 os impostos suportados pelo Fundo têm a seguinte decomposição:

Descritivo	31-12-2023	31-12-2022
Impostos pagos em Portugal	153 946	175 994
Impostos sobre rendimento de capital		
Mais Valias	-	-
Dividendos	-	-
Juros	-	-
Outros Impostos sobre rendimentos de capital	-	-
Impostos Indiretos		
Imposto de Selo	153 946	175 994
Outros Impostos		
Impostos pagos no estrangeiro	-	-
Impostos sobre rendimentos de capital		
Dividendos	-	-
Outros Impostos sobre rendimentos de capital	-	-
TOTAL	153 946	175 994

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a Prazo	
CHF	3 268 538	-	-	-	-	-	3 268 538
DKK	15 936 001	-	-	-	-	-	15 936 001
GBP	7 014 501	-	-	-	-	-	7 014 501
JPY	170 951 989	-	-	-	-	-	170 951 989
NOK	5 308 268	-	-	-	-	-	5 308 268
SEK	215 510	-	-	-	-	-	215 510
USD	1 641 936	-	221 760	-	-	221 760	1 863 696
AUD	209 943	-	-	-	-	-	209 943
Contravalor Euro	16 939 632	-	200 688	-	-	200 688	17 140 320

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 31 de dezembro de 2023 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	9 022 681	-	-	3 531 847	-	12 554 528
de 1 a 3 anos	39 440 546	-	-	-	-	39 440 546
de 3 a 5 anos	19 762 810	-	-	-	-	19 762 810
de 5 a 7 anos	16 229 996	-	-	-	-	16 229 996
mais de 7 anos	16 191 384	-	-	-	-	16 191 384

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 13 – Cobertura de Risco Cotações

Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	32 724 652	(2 690 800)	(1 890 337)	28 143 515
Unidades de Participação	13 756 780	-	-	13 756 780
Direitos	16 167	-	-	16 167

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 31 de dezembro de 2023:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	155 042 376	167 599 937
Carteira com derivados	131 904 625	132 977 171
	14,92%	20,66%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 31 de dezembro de 2023 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	1 848 811	1,14%
Comissão de Depósito	58 826	0,04%
Taxa de Supervisão	24 640	0,02%
Custos de Auditoria	4 305	0,00%
Outros Custos Correntes	91 000	0,06%
TOTAL	2 027 583	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		1,25%

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

Nota 17 – Factos relevantes

1) Estabilização dos mercados financeiros

O final do ano de 2023 ratificou a visão dos agentes de mercado que a desinflação de preços de bens e serviços, deverá deixar os índices de inflação core da Zona Euro e Estados Unidos da América próximos do alvo de 2% no final de 2024. Essa tendência somada à possibilidade de corte de taxas diretores a partir da segunda metade de 2024, e corroborada pela indicação avançada pela Reserva Federal na última reunião do ano, permitiram a obrigações e ações terminar o ano com performances consideráveis.

Para a indústria de gestão de ativos, o pico e pivot de política monetária mantém condições nos mercados financeiros para gerar retornos positivos nos próximos trimestres. Esta situação, no entanto, coincidirá com o topo de rentabilidade dos bancos nacionais, o que poderá, em termos de volumes, criar um cenário desafiante para as sociedades gestoras.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do fundo.